

LUIZA NAOME SUGUIMATI

# Elementos para uma crítica aos fundamentos da Teoria dos Atos de Fala

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras, área de concentração: Lingüística de Língua Portuguesa, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, para obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Faraco

CURITIBA  
1989

AO KEIITI,  
LUCIANA,  
MARCELO E  
PATRICIA

## AGRADECIMENTOS

Ao meu marido e meus filhos que tiveram muitas das horas de convívio roubadas mas que em todos os momentos emprestaram seu apoio e solidariedade.

Ao Prof. Dr. Carlos Alberto Faraco pela orientação clara e segura e pela paciência e compreensão nas situações imprevistas.

A todos os professores, colegas e funcionários do Curso de Mestrado que contribuíram direta ou indiretamente para que esta dissertação se tornasse realidade.

À CAPES pelo auxílio financeiro que possibilitou esta pesquisa.

## SUMÁRIO

	Página
RESUMO.....	iv
SUMMARY.....	v
INTRODUÇÃO.....	1
1. A TEORIA SOCIOLÓGICA DE MIKHAIL BAKHTIN.....	5
2. A SIGNIFICAÇÃO NA TEORIA DOS ATOS DE FALA.....	17
2.1. Austin e o Ato Linguístico.....	19
2.2. Searle: Speech Acts.....	24
2.3. Significação e Intencionalidade da Mente.....	30
3. CRÍTICA AOS FUNDAMENTOS DA TEORIA DOS ATOS DE FALA.....	47
3.1. O Significado Literal e o Background.....	48
3.2. O Papel da Mente e o Papel do Social.....	50
4. UM EXEMPLO DE SIGNIFICAÇÃO.....	64
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	77

## RESUMO

Esta dissertação pretende apresentar o problema da significação através da abordagem sociológica de Mikhail Bakhtin. Para cumprir este objetivo tomou-se a perspectiva da Teoria dos Atos de Fala para uma análise crítica. A escolha desta teoria se deu porque ela, ao contrário de muitas outras, tenta explicar o problema da linguagem não apenas como tendo uma função cognitiva mas também considerando o momento e a situação do proferimento para a compreensão do enunciado. Estes fatores normalmente são afastados do estudo lingüístico por serem considerados problemáticos. Procura-se mostrar como Searle, afastando-se da proposta inicial da Teoria dos Atos de Fala, introduz a noção de Intencionalidade que leva a uma postura individualista e subjetivista da linguagem. A tese central da Teoria Sociológica é de que o significado se estabelece através de grupos socialmente organizados. Anulam-se as dicotomias língua/fala, significado/significante, considerando-se o fenômeno lingüístico em sua totalidade. A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam a estrutura e o significado da enunciação. O pensamento de Bakhtin baseia-se na concepção dialética do mundo. Considera a linguagem como um fenômeno em processo, determinado por fatores sócio-históricos.

## SUMMARY

This dissertation intends to present the problem of meaning within the sociological approach of Mikhail Bakhtin. In order to reach this goal, the Speech Act Theory was taken for a critical analysis. This theory was chosen because, unlike many others, it attempts to explain language not only as having a cognitive function but also considering the moment and the situation of the speech act for the understanding of the utterance. These factors are usually absent from the linguistic studies because they are considered to be problematic to the theories. We try to show how Searle, diverting from the first proposal of the Speech Act Theory, introduces the notion of Intentionality which leads the theory to an individualistic and subjetivistic position about language. The central thesis of the Sociological Theory is that the meaning is constructed in social organized groups. The dichotomies langue/parole, meaning/form are discarded and the linguistic phenomenon is considered in its totality. The immediate social situation and the wider social environment determine the structure and the meaning of the utterance. Bakhtin's theory is grounded on the dialectic conception of the world. It considers language a phenomenon in process, and determined by socio-historical factors.

## INTRODUÇÃO

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é um estudo sobre o significado, em especial, sobre as bases filosóficas que fundamentam teorias do significado como a Teoria dos Atos de Fala e a Teoria Sociológica da linguagem. O interesse por este aspecto das teorias do significado partiu da percepção da importância e da necessidade de uma discussão sobre os pressupostos filosóficos que subjazem às teorias que tentam explicar os diversos fatos lingüísticos. Uma pequena pesquisa através dos estudos lingüísticos desenvolvidos atualmente nos permite verificar que pouco se trabalha, na Lingüística, com a questão da fundamentação epistemológica das teorias. Sem colocar em dúvida a importância da pesquisa dos aspectos semânticos, sintáticos, fonológicos ou morfológicos da linguagem, a necessidade de uma reflexão acerca da teoria da linguagem que embasa estes estudos parece imprescindível. Esse tipo de reflexão leva a uma filosofia da linguagem que permite uma apreensão mais clara do objeto sob análise e revela a orientação filosófica geral de cada teoria. Esta visão pode mostrar as razões por que a Lingüística compreende tantas teorias e objetos diferentes.

A proposta deste trabalho é fazer uma crítica aos fundamentos da Teoria dos Atos de Fala, tomando como pressuposto teórico a filosofia da linguagem de Bakhtin.

O primeiro capítulo faz um relato da teoria da linguagem



de Bakhtin, enfatizando sua concepção dialética da linguagem. Procuramos selecionar os aspectos da teoria que fossem relevantes para o objetivo proposto neste trabalho. A fecundidade dos temas abordados por Bakhtin torna impossível num simples capítulo esboçar todo o seu pensamento. O que se procura aqui é mostrar a questão central do seu pensamento para tornar clara a sua concepção de linguagem. Seu método, isto é, seu compromisso com a totalidade, com a história, com a prevalência do social, com a unidade dos contrários, constitui-se no ponto fundamental do seu pensamento.

O segundo capítulo aborda a Teoria dos Atos de Fala através de um breve histórico da teoria desde Austin, fixando-se principalmente nas diversas etapas do desenvolvimento da teoria em John Searle.

A Teoria dos Atos de Fala elaborada por Searle introduz inicialmente a idéia de que o significado é dado pelo domínio de um conjunto de regras que torna o uso dos elementos da língua regular e sistemático. Em suas obras posteriores, Searle enfatiza a importância da mente na elaboração do significado. São as crenças, desejos e intenções, que Searle chama de Intencionalidade da mente, que conferem significado às sentenças.

O terceiro capítulo é dedicado a crítica propriamente dita. Tomando-se os elementos do primeiro e do segundo capítulo, aponta-se para as dificuldades que a Teoria dos Atos de Fala encontra, ao partir da idéia de que a enunciação é um ato da consciência individual. Para Searle a mente tem a função de produzir o significado da enunciação. Considera o dizer um ato isolado em que o falante determina o conteúdo da enunciação.

Ao contrário de Searle, Bakhtin postula que a enunciação é uma estrutura puramente social que se efetiva e se torna sig-

nificativa através de um processo de interação verbal entre indivíduos socialmente organizados. Rejeita-se o idealismo e o apriorismo a-histórico do pensamento de Searle.

O quarto capítulo faz a análise de um caso específico apresentado por Searle, apontando diferentes formas possíveis de compreensão de um significado adotando-se uma postura bakhtiniana.

## 1. A TEORIA SOCIOLÓGICA DE MIKHAIL BAKHTIN

## 1) A TEORIA SOCIOLÓGICA DE MIKHAIL BAKHTIN

Vivemos num mundo onde o rádio, a televisão, os livros, os jornais, o cinema, tomam conta do nosso dia a dia e tornam a linguagem o fato mais comum de nossa rotina. O homem moderno está mergulhado na linguagem através dos signos, da fala, da leitura e da escrita. Assim, a importância do fenômeno lingüístico para a compreensão da natureza e da atividade humana aumenta. Procura-se estabelecer como a significação acontece, o que constitui esta capacidade específica da espécie humana, sua função, sua complexidade, sua relação com o conhecimento e o pensamento.

Para se chegar a uma resposta a estes questionamentos, um estudo lingüístico deve conter uma reflexão filosófica aprofundada da realidade da língua. A elaboração de uma teoria requer sempre a adoção de uma postura epistemológica que permitirá a instauração de uma visão de mundo e de homem. Estamos limitados por um horizonte intelectual, por uma concepção de mundo que serve de limite estrutural para o pensamento. Todo conhecimento e interpretação da realidade está ligado, explícita ou implicitamente, a uma visão social do mundo. As ciências, principalmente as humanas, neste sentido, nunca são puramente factuais porque pressupõem sempre uma orientação filosófica ditada por interesses e valores específicos de grupos sociais que torna inevitável a determinação social de qualquer conhecimento.

O próprio objeto da investigação científica torna-se objeto de atenção e adquire um valor particular, em determinadas épocas do desenvolvimento da sociedade, pressionado por fatores sociais. Estas "escolhas" obedecem a uma reação ideológica que faz com que elas entrem no horizonte do grupo social e se tornem objeto da ciência.

O esquema teórico de um analista é função, consciente ou inconscientemente, quer se queira quer não, de uma ideologia. Isso significa que a maneira de "ler" a realidade já implica uma certa classificação do real; uma certa distinção entre o essencial e o "inessencial"; portanto, a escolha de um esquema teórico é a escolha de um esquema de leitura do real feita de uma maneira bem precisa.<sup>1</sup>

Todo procedimento repousa, então, sobre um "*a priori*" epistemológico, filosófico e político. As opções ideológicas, a visão social do mundo, condicionam a escolha do objeto e também a perspectiva do conhecimento. "*A situação em si mesma é efetivamente muda (...) a menos que se tome posição no campo das contradições sociais*".<sup>2</sup>

Tomada a posição, quase sempre, procura-se estabelecer uma superioridade epistemológica que institui uma dicotomia de valores entre o falso e o verdadeiro. O projeto passa, então, por uma "*vontade de verdade*" que atravessa a maioria das elaborações teóricas. Acredita-se em verdades ou em concepções universais que tendem a identificar uma perspectiva como a verdadeira, não ideológica. Esquece-se que há uma conexão essencial entre uma teoria científica e uma visão de mundo que impossibilita a neutralidade e revela não a possibilidade da verdade em si mas sim a possibilidade de verdade dentro de uma orientação filosófica.

Desta forma, uma revisão crítica da Teoria dos Atos de

Fala, como a que estamos propondo, deve necessariamente pressupor a perspectiva epistemológica que irá fundamentar a análise crítica. A perspectiva filosófica que estamos assumindo é a perspectiva sociológica e dialética de Mikhail Bakhtin (1895-1975). Esta escolha se deve ao fato de que apesar de ter sido escrita há quase 60 anos, sua reflexão sobre a realidade da linguagem e sua crítica aos fundamentos da Lingüística continuam ainda bastante atuais e importantes, uma vez que os estudos lingüísticos, apesar de algumas mudanças ao longo dos anos, parece conservar ainda em muitas de suas análises os mesmos pressupostos teóricos que fundamentaram a Lingüística em geral no início do século. Sua concepção se antecipou às correntes que procuram compreender a linguagem como um processo, isto é, como uma realidade concreta, estabelecida socialmente através da interação entre os indivíduos historicamente definidos. Conforme Bakhtin, a reação verbal, isto é, a palavra através da qual o sujeito reporta a sua experiência, é uma formação puramente social. Esta reação é um fenômeno altamente complexo que revela o ser do sujeito dentro de uma existência social concreta. Nenhuma enunciação verbal pode ser exclusivamente de natureza individual.

Not a single instance of verbal utterance can be reckoned exclusively to its utterer's account. Every utterance is the product of the interaction between speakers and the product of the broader context of the whole complex social situation in which the utterance emerges. (...) any product of activity of human discourse — from the simplest utterance in everyday life to elaborate works in literary art — derives shape and meaning in all its most essential aspects not from the subjective experiences of the speaker but from the social situation in which the utterance appears. Language and its forms are the products of prolonged social intercourse among members of a given speech community. An utterance finds

language basically already prepared for use. It is the material for the utterance and it sets constraints on the utterance's possibilities.<sup>3</sup>

A seleção das palavras, o tipo de estrutura da sentença, a entonação, são características de uma enunciação particular que expressam a interrelação entre os falantes e o conjunto complexo de circunstâncias sociais em que a troca de palavras acontece. É o ambiente, a condição social que fazem as palavras se unirem a significados específicos e julgamentos de valor. Tudo que é verbal no comportamento humano é propriedade de um grupo social.

Discourse is like a "*scenario*" of the immediate act of communication in the process of which it is engendered, and this act of communication is, in turn, a fact of the wider field of communication of the community to which the speaker belongs. In order to understand this "*scenario*", it is essential to reconstruct all those complex social interrelation of which the given utterance is the ideological refraction.<sup>4</sup>

Sendo o signo e a enunciação de natureza social, o caráter ideológico da linguagem parece ser um fato evidente. A ideologia é um reflexo das estruturas sociais e a linguagem um reflexo da ideologia. São interrelações recíprocas que estão em um processo ininterrupto onde o signo veicula e sofre a ação da ideologia. A comunicação social se materializa através do signo que tem na palavra o material privilegiado de relação social e também a forma mais neutra de signo.

Cada um dos demais sistemas de signos é específico de algum campo particular da criação ideológica. Cada domínio possui seu próprio material ideológico e formula signos que lhe são específicos e que não são aplicáveis a outros domínios. O signo, então, é criado por uma função

ideológica precisa e permanece inseparável dela. A palavra, ao contrário, é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Pode preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa.<sup>5</sup>

O pensamento de Bakhtin tem a sua base na concepção de linguagem como um fenômeno determinado por fatores sócio-históricos e na sua filiação aos pressupostos da concepção dialética de mundo. *"Há o compromisso com a totalidade, com a história, com a prevalência do social, com a unidade dos contrários"*.<sup>6</sup>

Sua concepção dialética leva a uma visão de mundo onde o processo de interação constrói a totalidade do universo. Seu compromisso com a totalidade elimina as categorias dicotômicas, tão presentes nos estudos lingüísticos, que fragmentam o real e reduzem o estudo da linguagem ao estudo de proposições isoladas do sistema abstrato da língua. A totalidade, em Bakhtin, não é a totalidade espiritual; metafísica; é, ao contrário, uma *"totalidade material, concreta, historicamente articulada"*.<sup>7</sup>

Coerente com a visão de mundo proposta pelo materialismo dialético, Bakhtin pensa o real numa perspectiva histórica onde o homem é concebido como um conjunto de relações sociais.

Trata-se de apreender o homem, o indivíduo (e consequentemente as ações e os objetos humanos) não no seu isolamento idealista, nem na absolutização do individual, transformado em ponto de referência privilegiado para a compreensão do universo humano, mas no concreto das relações sociais (...) o homem visto como realidade social não porque se agrupa em sociedade, mas porque é necessariamente incompreensível fora do social.<sup>8</sup>



O material verbal que permite a comunicação, deriva das relações entre os indivíduos, das condições e formas de comunicação, dando origem a diferentes formas de discurso. Cada grupo social tem sua forma de comunicação sócio-ideológica, determinada pela estrutura social e política e que resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados, no decorrer de um processo de interação social.

Os pressupostos filosóficos de Bakhtin encontram-se claramente concretizados em seu procedimento metodológico. Na sua análise das correntes de pensamento, o princípio dialético da unidade dos contrários está sempre presente mostrando que o pensamento não é um fato isolado. É no diálogo e nas ligações reais com outros indivíduos e grupos e por sua relação contraditória que se encontra a síntese dialética. A produção seja artística, lingüística ou científica pressupõe um universo dialógico que torna o outro presente e constitutivo em qualquer atividade humana. Em suas análises, Bakhtin não pretende conceber o conhecimento como algo dogmático e acabado onde as diversas teorias seriam justapostas ou criticadas e eliminadas. Ele as analisa como vozes que interagem no processo da síntese dialética.

Não se trata de trabalhar com oposições abstratas, nem com conflitos dicotômicos; trata-se de buscar a unidade dos contrários, não pelo ecletismo, pelo relativismo ou pelo niilismo, mas pela síntese dialética.<sup>9</sup>

A aceitação da filosofia da linguagem de Bakhtin não significa, portanto, a aceitação eclética nem a rejeição dogmática das teorias lingüísticas existentes, mas indica a revisão crítica das propostas diferentes e antagônicas para alcançar a síntese.

se dialética. Esta metodologia foi plenamente demonstrada na análise que Bakhtin faz, quando discute criticamente os fundamentos das teorias lingüísticas existentes, agrupando-as em duas grandes correntes: o subjetivismo idealista e o objetivismo abstrato.<sup>10</sup>

A Lingüística numa perspectiva mais ampla e mais totalizante deve ser capaz de integrar, através de uma redefinição do objeto, as verdades parciais produzidas nos níveis mais limitados, sem que esta incorporação seja vista como ecletismo uma vez que as divergências não são encobertas nem desaparecem (*"É uma dialética que nega/conserva/supera os momentos anteriores"*).<sup>11</sup>

Esta possibilidade de superação mostra outra grande categoria do pensamento de Bakhtin: o dialogismo. A coexistência de vozes que interagem no processo dialético está sempre presente na metodologia aplicada por Bakhtin em suas análises. É um elemento essencial de sua concepção de linguagem.

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.<sup>12</sup>

A interação sócio-verbal é a realidade fundamental da linguagem para Bakhtin; o dialogismo constitui-se na categoria que permitirá analisar a linguagem e a criação ideológica numa perspectiva que centraliza a construção histórica e social. No discurso se encontram as avaliações sociais que tornam a palavra

significativa. A palavra articulada, o discurso verbal estão impregnados de material extra-verbal; a vida não afeta uma enunciação de fora mas a penetra e exerce de dentro sua influência.

Em síntese a concepção de linguagem de Bakhtin pode ser caracterizada através dos seguintes pressupostos:

- 1 - A língua como sistema estável de formas normativamente idênticas é apenas uma abstração científica que só pode servir a certos fins teóricos e práticos particulares. Essa abstração não dá conta de maneira adequada da realidade concreta da língua.
- 2 - A língua constitui um processo de evolução ininterrupto, que se realiza através da interação verbal social dos locutores.
- 3 - As leis da evolução lingüística não são de maneira alguma as leis da psicologia individual, mas também não podem ser divorciadas da atividade dos falantes. As leis da evolução lingüística são essencialmente leis sociológicas.
- 4 - A criatividade da língua não coincide com a criatividade artística nem com qualquer outra forma de criatividade ideológica específica. Mas ao mesmo tempo, a criatividade da língua não pode ser compreendida independentemente dos conteúdos e valores ideológicos que a ela se ligam. A evolução da língua, como toda evolução histórica, pode ser percebida como uma necessidade cega do tipo mecanicista, mas também pode tornar-se *"uma necessidade de funcionamento livre"*, uma vez que alcançou a posição de uma necessidade consciente e desejada.
- 5 - A estrutura da enunciação é uma estrutura puramente social. A enunciação como tal só se torna efetiva entre falantes. O ato de fala individual (no sentido estrito do termo *"individual"*) é uma *contradictio in adjecto*.<sup>13</sup>

Estes fundamentos teóricos permitem uma nova forma de pensar a realidade da língua; não mais como uma forma única, sistemática, mas como signo essencialmente dialógico onde a palavra do outro não se opõe ao eu mas forma com ele um todo inseparável.

Nossas palavras não são "nossas" apenas; elas nascem, vivem e morrem na fronteira do nosso mundo e do mundo alheio; elas são respostas explícitas ou implícitas às palavras do outro, elas só se iluminam no poderoso pano de fundo das mil vozes que nos rodeiam. Um enunciado é parte integrante de um diálogo ininterrupto, não como uma voz que responde mecanicamente a outra voz num teatro de marionetes que se comunicam, mas como uma voz que traz em si, na sua concepção mesma, a perspectiva da voz do outro, a intenção e o ponto de vista do outro, a entoação alheia.<sup>14</sup>

Na língua, coexiste uma multidão de linguagens, pontos de vista, ideologias, visões de mundo, opiniões, avaliações que possuem nuances variadas e pressupõem a presença de milhares de vozes existentes na vida social.

A palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios.<sup>15</sup>

A linguagem encarada como um sistema monolítico e objetivo esconde na sua origem a concepção de que os fenômenos podem ser recortados, classificados, tornados transparentes; onde seria possível fixar os objetos, as significações, o conhecimento, explicando e justificando a ordem existente. Conceber a linguagem como Bakhtin concebe, pressupõe uma mudança radical na postura diante do mundo. Aceitar a transformação, o processo, o outro, como constituindo nosso modo de existir, significa sair da segurança de nossas convicções, para o incerto, o indefinido do processo dialético. Optar por uma concepção bakhtiniana é op-

tar pela multiplicidade, pela variabilidade, trocando o "verdadeiro", o definitivo, o necessário, pela "possibilidade" que engaja e dá sentido a vida.

## NOTAS

<sup>1</sup>BERNAKOUICHE, R. Economia e Epistemologia: questões de método. Textos Seaf, 1985. p. 137.

<sup>2</sup>LÖWY, M. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. São Paulo, Busca Vida, 1987. p. 17.

<sup>3</sup>VOLOSHINOV, V. Freudianism: a marxist critique. New York, Academic Press, 1927. p. 79.

<sup>4</sup>VOLOSHINOV, p. 79.

<sup>5</sup>BAKHTIN, M. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo, Hucitec, 1986. p. 36.

<sup>6</sup>FARACO, C.A. Uma Introdução a Bakhtin. Curitiba, Hatier, 1988. p. 27.

<sup>7</sup>FARACO, p. 29.

<sup>8</sup>FARACO, p. 30.

<sup>9</sup>FARACO, p. 30.

<sup>10</sup> Esta análise foi feita na obra Marxismo e Filosofia da Linguagem, cuja 1.<sup>a</sup> edição em russo é de 1929.

<sup>11</sup> LÖWY, p. 109.

<sup>12</sup> FARACO, p. 30.

<sup>13</sup> BAKHTIN, p. 127.

<sup>14</sup> TEZZA, C. Discurso Poético e Discurso Romanesco na Teoria de Bakhtin. In: FARACO, C.A. et alii. Uma introdução a Bakhtin. Curitiba, Hatier, 1988. p. 55.

<sup>15</sup> BAKHTIN, p. 41.

## 2. A SIGNIFICAÇÃO NA TEORIA DOS ATOS DE FALA

A teoria dos Atos de Fala elabora uma teoria da linguagem que pretende dar conta do problema da significação, investigando o fenômeno lingüístico como forma de representação, comunicação e ação. Ela é colocada pela maioria dos estudiosos da linguagem como uma teoria lingüística do uso e desperta muito interesse não só na Lingüística mas também na Psicologia, na Antropologia, na Sociologia, na Teoria da Literatura, etc. Estas ciências tentam dar conta, por meio desta Teoria, de fenômenos como a aquisição da linguagem, a natureza das falas erituais mágicos, o estatuto das afirmações éticas, a natureza dos gêneros literários, etc.<sup>1</sup>

Sendo uma teoria de amplo interesse, há uma enorme literatura sobre o assunto. Pretendemos nos fixar na teoria como foi desenvolvida por Searle, acompanhando sua origem e sua trajetória, seus pressupostos filosóficos e as dificuldades que sua postura individualista trouxe para a teoria. O capítulo será dividido em momentos que coincidirão primeiro com a origem da teoria em Austin e em seguida com as idéias elaboradas principalmente nas três obras que o próprio Searle<sup>2</sup> considera como componentes de uma série relacionada de estudos sobre a mente e a linguagem: Speech Acts (1969), Expression and Meaning (1979) e Intentionality (1983).<sup>3</sup>

## 2. A SIGNIFICAÇÃO NA TEORIA DOS ATOS DE FALA



## 2.1. Austin e o Ato Lingüístico

A Teoria dos Atos de Fala surgiu como uma reação ao positivismo lógico, que floresceu por volta de 1930, que considerava a verificabilidade empírica das sentenças e das afirmações como critério único para a significabilidade das enunciações. A maioria dos discursos éticos, políticos e literários e a linguagem ordinária em geral eram considerados enunciações emotivas, portanto sem valor científico, porque suas condições de verificação não podiam ser testadas.

Elaborada inicialmente por Austin, a Teoria dos Atos de Fala fundamenta-se na noção de ato lingüístico. Esta noção consiste em mostrar a relação que existe entre o comportamento humano e um determinado sistema de códigos que é usado de acordo com certas regras. Segundo Austin, ao proferir uma frase estamos realizando uma série de atos como afirmar, negar, prometer, ordenar, etc. A noção de linguagem como efetuidora de atos trouxe um novo enfoque no campo da filosofia da linguagem, principalmente no que se refere à noção de significação. Introduz a noção de força ilocucionária que é responsável pela especificação do ato lingüístico que o locutor realiza ao proferir determinada frase. A linguagem passa a ser considerada não só como um instrumento de comunicação e representação mas também passa a ser considerada como ação, isto é, ela pode ser usada para realizar atos.

Na formulação da teoria, Austin faz, a princípio, a distinção entre enunciado constativo e enunciado performativo. O enunciado constativo seria aquele que se usa para "dizer" alguma coisa: descreve ou relata fatos, enuncia estados de coisas,

dã informações. A possibilidade de ser verdadeiro ou falso é sua característica essencial. O enunciado performativo é usado para "fazer" alguma coisa. Neste tipo de proferimento, quando um enunciado é proferido, um ato é realizado, isto é, enunciado e ato se identificam. Assim, dizer "*eu prometo que X*" é efetivamente prometer X. Enunciando esta oração o compromisso fica assumido. Estes proferimentos não têm um valor de verdade nem relatam um fato exterior mas constituem eles próprios o fato. Possuem uma força ilocucionária que permite pela simples enunciação, a realização de um ato lingüístico.

Austin, entretanto, percebe que os performativos encontram-se em todos os usos da linguagem. Percebe que mesmo nos relatos e descrições há implicitamente um ato do falante.

(1) a - Eu prometo estudar.

b - Eu ordeno que você venha.

c - Eu nego a afirmação.

Em (1) os performativos estão explícitos. Ao enunciar percebe-se claramente os atos que estão sendo realizados: dizer (1a) é efetivamente prometer; em (1b) o ato que realizo é a ordem e em (1c) é a negação.

(2) a - Ele promete.

b - Eu faço isto.

c - O gato está no tapete.

Em (2) os verbos prometer, fazer e estar não são performativos. Nestas sentenças há o relato, a descrição de um fato existente. Embora as sentenças em si não realizem atos, a sua enunciação implica necessariamente a existência de um falante

que enuncia, isto é, que realiza o ato de enunciar. Assim, (2) pode ser entendido da seguinte forma:

(2) a' - Eu afirmo que ele promete.

b' - Eu prometo que faço isto.

c' - Eu declaro que o gato está no tapete.

Na realidade, toda enunciação efetivamente realiza um ato que é atribuído ao falante. Este ato pode ser uma promessa, uma ordem, um relato, uma descrição, uma constatação, etc., e pode estar explícito ou implícito, mas está sempre presente porque toda enunciação pressupõe alguém que a enuncia. Austin passa, então, a ignorar a divisão dos enunciados em duas categorias, considerando agora o ato de enunciar como um todo complexo formado pelo ato locucionário, ilocucionário e perlocucionário. Dizer alguma coisa é realizar simultaneamente pelo menos estes três tipos de atos.

O ato locucionário é o ato de proferir uma sentença com um certo significado. É o ato lingüístico produzido em uma determinada língua, composta de regras, convenções fonéticas, sintáticas e semânticas, com a função de referir e predicar. Este ato traz em si uma série de atos ao ser proferido:

- o ato fonético (que é o ato de emitir certos sons).
- o ato fático (que é o ato de emitir sons sintaticamente organizados, através de um vocabulário e da estruturação gramatical de uma língua).
- o ato rético (que é o ato de usar os vocábulos com um certo sentido e referência mais ou menos definidos).

A relação entre estes três tipos de ato locucionário é uma

relação de dependência do ato mais complexo ao mais simples.

Não se pode realizar um ato rético sem realizar um ato fático ou um ato fonético, embora o inverso seja possível.<sup>4</sup>

A realização completa do ato locucionário se dá através do ato rético que é a instância lingüística básica da comunicação humana.

O ato ilocucionário é o ato propriamente dito que se pratica ao enunciar determinada oração. O falante ao proferir uma sentença com um certo significado performa também atos como informar, perguntar, ordenar, prometer, etc. O ato ilocucionário não é efeito nem consequência do ato locucionário. Sua determinação é dada principalmente pela intenção do locutor que veicula esta intenção através de uma convenção aceita que estipula que proferir determinadas palavras em determinadas circunstâncias tem a força de um certo ato.

O ato perlocucionário é o resultado não convencional do ato lingüístico, o efeito produzido no ouvinte pela enunciação da sentença. Não depende de uma convenção embora seja sempre consequência de um outro ato qualquer. Pode, às vezes, escapar aos efeitos pretendidos pelo falante.

(3) Ela vai chegar.

A enunciação de (3) realiza um ato locucionário (um proferimento) pelo qual o falante tem a intenção de avisar sobre a chegada de alguém (ato ilocucionário). O efeito perlocucionário pretendido é que o ouvinte fique sabendo que alguém vai chegar. No entanto, o proferimento, dependendo da situação de enunciação, pode provocar um ato perlocucionário completamente diferente (irritação, por exemplo, se a pessoa que vai chegar é alguém indesejável).

Todo ato lingüístico é, então, composto de um ato locucionário que é realizado segundo convenções lingüísticas e que como tal varia de língua para língua; de um ato ilocucionário que é estabelecido por convenções sociais e um ato perlocucionário que é o efeito não convencional que a enunciação produz.

O proferimento performativo só se realiza efetivamente se obedecer a determinadas convenções e condições que Austin expõe em How to do things with words da seguinte maneira:

- (A.1) There must exist an accepted conventional procedure having a certain conventional effect, that procedure include the uttering of certain words by certain persons in certain circumstances, and further,
- (A.2) the particular persons and circumstances in a given case must be appropriate for the invocation of the particular procedure invoked,
- (B.1) The procedure must be executed by all participants both correctly and
- (B.2) completely.
- (C.1) Where, as often, the procedure is designed for use by persons having certain thoughts or feelings, or for the inauguration of certain consequential conduct on the part of any participant, then a person participating in and so invoking the procedure must in fact have those thoughts or feelings and the participants must intend so to conduct themselves, and further
- (C.2) must actually so conduct themselves subsequently. <sup>5</sup>

A realização do proferimento performativo vai além da esfera do lingüístico e envolve regras e convenções sociais e contextuais que ajudam a estabelecer sua condição de possibilidade. Requer uma organização da sociedade que estabelece e atribui papéis, criando a possibilidade de enunciação de determinados atos ilocucionários de acordo com valores culturais e padrões de comportamento. Pressupõe um sistema social com arranjos institucionais que estabelecem as condições para o sucesso do ato pra-

ticado. A ligação entre o proferimento lingüístico e o ato realizado não é uma relação natural nem causal. É feita por convenção institucionalizada onde dizer certas palavras é realizar determinados atos. Numa ordem, por exemplo, o ato ilocucionário só será efetivado se o locutor possuir autoridade suficiente para dar a ordem, se a ordem for exeqüível, for dirigida à pessoa adequada e for formulada corretamente e de forma compreensível. Para que o ato se realize e tenha efeito é necessário um contexto adequado, fórmulas adequadas e pessoas determinadas.

A noção de ato lingüístico que encontramos em Austin faz com que haja uma nova postura com relação à significação na linguagem. Ela não poderá mais ser encarada como constituída somente pelo sentido e pela referência. A explicação do significado das expressões lingüísticas terá que levar em conta também o ato realizado pelo proferimento da frase, as intenções significativas dos falantes e as convenções que possibilitam a realização de um ato determinado. A troca lingüística se entendida como comunicação e como ação não é redutível somente a elementos gramaticais, lógicos ou de natureza pessoal. É preciso levar em conta a multiplicidade e a complexidade de elementos que se acham presentes no ato de falar. Em Austin encontramos especialmente a noção de convenção como elemento essencial do ato lingüístico. Não é a estrutura gramatical da sentença nem a mente individual o fator preponderante da ação lingüística.

## 2.2. Searle: Speech acts

Partindo dos pressupostos teóricos de Austin, isto é, de algumas de suas noções básicas como a de ação lingüística, dever-

bos performativos, de força ilocucionária, Searle reformula a Teoria dos Atos de Fala. Em Os Atos de Fala, Searle desenvolve a idéia de que a possibilidade de conhecimento, enunciação e comunicação é dada pelo domínio de um sistema de regras que torna o uso dos elementos da língua regular e sistemático. O conjunto de regras governa a utilização dos processos lingüísticos e garante a generalidade das caracterizações lingüísticas. Nas obras posteriores (Searle, 1979 e 1985), o interesse maior da reflexão de Searle será a representação lingüística e a Intencionalidade da mente, enquanto em Os Atos de Fala a prioridade é sobre a comunicação e o sistema de regras. Esta mudança de ênfase é visível, sendo admitida inclusive por Searle. (O tema será desenvolvido posteriormente).

O princípio de expressabilidade ("*tudo o que se quer dizer pode ser dito*"), defendido por Searle, mostra que o estudo dos atos de fala é um estudo da língua em geral e que não há dois estudos semânticos distintos da linguagem, um que estudaria a significação e o outro, a execução dos atos de fala. São duas instâncias simultâneas do dizer. O ato de fala implica a existência de uma frase possível, cuja enunciação, em virtude de sua significação, constitui a realização de um ato de fala. Significação e ato de fala não constituem domínios independentes. São dois aspectos diferentes de um único domínio. A predicação fornece o conteúdo da proposição e o papel deste conteúdo é inteiramente determinado pela força ilocucional da enunciação. Searle afirma que toda frase já contém em si mesmo um potencial de ato ilocucionário, isto é, nenhuma frase completa é ilocucionalmente neutra. Não há como dissociar significação e ato ilocucionário.

A hipótese de que o ato de fala é a unidade básica da comunicação, juntamente com o princípio de "*expressabilidade*" sugere a existência de uma série de conexões analíticas entre a noção de ato de fala, aquilo que o falante quer dizer, o que a frase (ou outro elemento linguístico) enunciada significa, o que o falante pretende, o que o ouvinte compreende e a natureza das regras que regem os elementos linguísticos.<sup>6</sup>

A significação é, então, uma combinação de elementos convencionais e intencionais.

A partir destes pressupostos, Searle formula a noção de significação e de ato de fala nos seguintes termos:

- 1 - Compreender uma frase é conhecer a sua significação.
- 2 - A significação de uma frase é determinada por regras, e essas regras especificam, tanto as condições de emprego da frase, como também o que se quer dizer com o seu emprego.
- 3 - Emitir uma frase e com ela querer significar alguma coisa é uma questão de
  - a) pretender fazer com que o ouvinte saiba (reconheça, fique ciente) que certos estados de coisas, especificados por algumas das regras, se dão,
  - b) pretender fazer com que o ouvinte saiba (reconheça, esteja ciente) essas coisas, fazendo com que ele reconheça e
  - c) pretender fazer com que o ouvinte reconheça em virtude do seu conhecimento das regras que se aplicam à frase emitida.
- 4 - A frase proporciona então uma maneira convencional de concretizar a intenção de produzir um certo efeito ilocucional no ouvinte. Se um falante emite uma frase e com ela quer significar o que diz, ele terá as intenções (a), (b) e (c). Dizer que o emissor se fez compreender equivale a dizer que essas intenções se concretizaram. E as intenções serão em geral concretizadas se o ouvinte entender a frase, isto é, se souber a sua significação, isto é, se conhecer as regras que governam os seus elementos.<sup>7</sup>

Para Searle, a enunciação de uma frase leva à execução de, pelo menos, três atos distintos: o ato de enunciação, o ato proposicional e o ato ilocucional. O ato de enunciação é a sequência



de palavras, morfemas ou frases enunciadas. O ato proposicional é formado pelas partes das frases que referem e predicam. O ato ilocucional consiste na enunciação de palavras no interior de frases completas, em determinadas situações, sob certas condições e com certas intenções. Quando um ato ilocucional é realizado o ato de enunciação e o ato proposicional quase sempre também efetivamente acontecem, embora haja casos em que:

- um mesmo ato proposicional é comum a diversos atos ilocucionais:

- (4) a - Márcia toca piano. (afirmação)
- b - Márcia toca piano? (pergunta)
- c - Márcia, toque piano. (ordem)
- d - Tomara que Márcia toque piano. (desejo)

- um mesmo ato proposicional e ilocucional é realizado através de diferentes enunciações:

- (5) a - Márcia toca piano muito bem.
- b - Márcia é uma ótima pianista.

- um ato ilocucional aconteça sem que haja um ato proposicional:

- (6) a - Bravo!
- b - Ai!

- um ato de enunciação é executado sem que nenhum ato ilocucional ou proposicional se realize, isto é palavras são pronunciadas sem que nada se diga.

Para estabelecer as regras que governam os atos de fala, Searle parte da hipótese de que "a estrutura semântica de uma língua é a realização convencional de uma série de conjuntos de re-

*gras constitutivas subjacentes e que atos de fala se caracterizam pelo fato de serem executados pela enunciação de expressões de acordo com esses conjuntos de regras constitutivas".<sup>8</sup>*

Em Os Atos de Fala, Searle enfatiza a idéia de que falar é adotar uma forma de comportamento possível sendo este comportamento governado por regras. O estabelecimento do tipo de fala obedece a um conjunto de condições necessárias e suficientes que vai dar a possibilidade de extrair o conjunto de regras semânticas que governam os processos lingüísticos. A língua oferece um conjunto de convenções que realizam o sistema de regras que definem cada tipo de ato e que permitem a realização de um ato de fala bem sucedido, isto é, sincero e sem defeito. Estas regras estão divididas em quatro grupos:

1 - Regra de conteúdo proposicional: prescreve que o conteúdo proposicional deve consistir na predicação de um ato

(na promessa será o ato futuro do falante e no pedido será o ato do ouvinte).

2 - Regra preparatória: estipula as condições pressupostas pelo proferimento (na promessa o falante deve acreditar que o ouvinte prefere que ele faça a ação e a realização do ato não deve ser óbvia, isto é, não há sentido em prometer algo que fatalmente irá acontecer).

3 - Regra de sinceridade: o proferimento implica necessariamente numa intenção do locutor (na promessa o falante pretende fazer o ato prometido e acredita que seja possível realizar o ato).

4 - Regra essencial: define o significado e a força do ato de fala, isto é, a que ato equivale o proferimento (na promessa

implica em assumir a obrigação de realizar o ato).<sup>9</sup>

A partir das condições e das regras semânticas para o emprego do indicador de força ilocucional, Searle estabelece algumas hipóteses gerais sobre os atos ilocucionais:

1 - O desempenho do ato conta como uma expressão de um ato psicológico (independente da sinceridade ou não).

2 - Somente onde o ato conta como a expressão de um estado é que a insinceridade é possível.

3 - A expressão do ato subentende que as condições preliminares do ato estão satisfeitas.

4 - O ato pode acontecer sem um procedimento indicativo de força ilocucional explícito (o contexto e a enunciação deixam clara a condição essencial).

5 - Pelo princípio de expressabilidade a força ilocucional de uma enunciação sempre pode ser explicitada.

6 - Certos tipos de atos ilocucionais são na verdade outros tipos de atos (pedido em forma de pergunta, por exemplo).

7 - Em geral, a condição essencial determina as outras condições.

8 - Força ilocucional e diferentes atos ilocucionais envolvem princípios de distinção diferentes (uma mesma enunciação pode produzir diferentes atos ilocucionais conforme a intenção produzindo diferentes forças ilocucionais).

9 - Alguns verbos ilocucionais podem ser definidos em termos de efeito perlocucional pretendido.<sup>10</sup>

Os sons e sinais gráficos produzidos na execução de um ato ilocucional possuem sempre uma significação, isto é, quando se fala e se consegue comunicar alguma coisa, a seqüência de

sons que se emitiu tem uma significação. Essa significação é determinada por regras que especificam tanto as condições de emprego da frase como também o que se quer dizer com o seu emprego. A frase proporciona uma maneira convencional de concretizar a intenção significativa do falante e o entendimento da enunciação ocorrerá quando o ouvinte reconhecer estas intenções do falante pelo conhecimento das regras que governam os elementos significativos da frase.

A teoria da linguagem elaborada por Searle em Os Atos de Fala, chama a atenção principalmente para a importância da linguagem como uma ação significativa e produtiva, governada por regras, perspectiva que vai se alterar nos trabalhos seguintes.

### 2.3. Significação e Intencionalidade da mente

A filosofia da linguagem é, para Searle, um ramo da filosofia da mente.<sup>11</sup> A linguagem é produzida através de operações mentais que são realizadas biologicamente na estrutura do cérebro. A capacidade do ato de fala de representar objetos e estados do mundo é uma extensão da capacidade biológica da mente de relacionar a organização do mundo em forma de estados mentais. Realizar um ato de fala enunciando uma frase significativa, requer elementos nem sempre de natureza semântica ou lingüística. Em Expression and Meaning e Intentionality, Searle desenvolve a idéia de que certas noções semânticas fundamentais como o significado, estão intrinsecamente relacionadas com noções psicológicas essenciais como crenças, desejos e intenções. Significar algo através de uma enunciação é ter um certo conjunto de intenções. Em Intentionality, Searle

faz claramente a distinção entre intenção e Intencionalidade. Utiliza o termo Intencionalidade significando estados mentais gerais que têm a característica de serem dirigidos (directed at) para alguma coisa e produzidos biologicamente na estrutura do cérebro. São desejos, crenças, medos, intenções que possuem um objeto, isto é, são estados mentais sobre alguma coisa. Neste sentido, nem todos os estados mentais têm Intencionalidade (observar que Intencionalidade aparece sempre com letra maiúscula quando tem este sentido). Algumas formas de depressão, ansiedade e entusiasmo não têm uma direção ou um objeto específico que cause estes estados mentais. Nestes casos os estados mentais não são Intencionais. A Intencionalidade não é também a mesma coisa que consciência. Há muitos estados de consciência que não são Intencionais e muitas crenças que não são conscientes. Consciência e Intencionalidade são duas classes que não são idênticas nem se incluem mutuamente. Embora às vezes se defenda que existe uma identidade entre a consciência e a Intencionalidade, porque a consciência é também sobre alguma coisa, Searle coloca como exemplo de distinção entre estes conceitos que: uma experiência consciente de ansiedade é diferente de um medo de cobras porque no caso da ansiedade a experiência da ansiedade e a ansiedade são idênticas enquanto o medo de cobras embora consciente não é idêntico às cobras. Os estados Intencionais têm como característica a distinção entre o estado e a direção do estado.<sup>12</sup> Outra distinção que Searle pretende deixar clara é que a intenção é somente uma forma de Intencionalidade, junto com a crença, o desejo, o medo, a dúvida, o ódio, a fantasia, a esperança e muitos outros estados mentais. A Intencionalidade é direção (directedness) enquanto pretender (intend) fazer algo é um tipo

de Intencionalidade entre outros.

Searle coloca a questão da linguagem e da significação em termos biológicos. A enunciação significativa depende da Intencionalidade que é uma capacidade da mente. Os fenômenos mentais por sua vez são uma característica do cérebro. Assim como o crescimento, a reprodução, a digestão são fenômenos biológicos do nosso organismo, a consciência, a Intencionalidade, a subjetividade fazem parte da nossa história vital e biológica.

I think of Intentional states, processes, and events as part of our biological life history in the way that digestion, growth, and the secretion of bile are part of our biological life history. From an evolutionary point of view, just as there is an order of priority in the development of other biological processes, so there is an order of priority in the development of Intentional phenomena. In this development, language and meaning, at least in the sense in which humans have language and meaning comes very late. (...) A natural consequence of the biological approach advocated in this book is to regard meaning, in the sense in which speakers mean something by their utterances, as a special development of more primitive forms of Intentionality. So construed, speakers' meaning should be entirely definable in terms of more primitive forms of Intentionality. And the definition is nontrivial in this sense: we define speakers meaning in terms of forms of Intentionality that are not intrinsically linguistic.<sup>13</sup>

Os processos mentais se realizam na estrutura neurofisiológica do cérebro criando as possibilidades cognitivas ativadas pela Intencionalidade do falante. O significado da enunciação não é neste sentido exclusivamente lingüístico porque inclui um tipo de Intencionalidade analisável somente em termos de noções psicológicas fundamentais. O significado é, antes de tudo, uma questão de convenção derivada da Intencionalidade da mente.

Para Searle, o significado enunciado por um falante pos-

sui sempre um significado literal. A enunciação deste significado literal acontece quando não há a distorção entre a intenção comunicativa e o sentido previsto pelo conteúdo semântico. Este significado só tem aplicação através de um conjunto de pressuposições mentais, pré-Intencionais que o falante possui e que determina as condições de verdade ou de satisfação da sentença. Searle chama estes pressupostos de "*background assumptions*".

The literal meaning of a sentence only determines a set of truth conditions given a set of background practices and assumptions. (...) These assumptions and practices are not part of the semantic content of the sentence, and this variability is not a matter of indexicality, ambiguity, indirect speech acts, vagueness or presupposition as these notions are traditionally conceived in the philosophical and linguistic literature. I propose to call the set of assumptions and practices that make interpretation possible "*the background*".<sup>14</sup>

A linguagem como representação depende de estados causados na mente e pela mente, por um conjunto de "*background informations*" que estabelece os estados Intencionais e que fornece as condições de satisfação do enunciado.

We have Intentional states, some conscious, many-unconscious; they form a complex Network. The Network shades off into a Background of capacities (including various skills, abilities, preintentional assumptions and presuppositions, stances, and nonrepresentational attitudes). The Background is not on the periphery of Intentionality but permeates the entire Network of Intentional states; since without the Background the states could not function, they could not determine conditions of satisfaction. Without the Background there could be no perception, action, memory, i.e., there could be no such Intentional states.<sup>15</sup>

O background estabelece um conjunto de condições que torna possível que formas particulares de Intencionalidade funcio-

nem. Então, na estruturação do significado alguns elementos são básicos: na sentença há sempre um significado literal estabelecido na sentença que se aplica em função de um conjunto de pressuposições (*background*). Este "*background*" vai fazer com que o conjunto de crenças, desejos e intenções na mente do indivíduo (Intencionalidade) tenha diferentes condições de satisfação, possibilitando a enunciação significativa da sentença.

O "*background*" e a Intencionalidade não são elementos lingüísticos nem são constantes e definidos, mas podem fazer com que as sentenças e as enunciações, apesar de não serem ambíguas, tenham condições de verdade diferentes:

- (7) a - João corta a grama.
- b - Maria corta o bolo.
- c - O barbeiro corta o cabelo.
- d - O alfaiate corta o tecido.

Apesar da ocorrência da palavra cortar ser literal em (7), ela determina um conjunto diferente de condições de verdade. Cortar a grama é um ato diferente do ato de cortar um bolo, cortar o cabelo ou cortar um tecido. O ato é feito com objetos diferentes (aparador de grama, faca, navalha, tesoura) e de modo diferente. A razão para que o mesmo conteúdo semântico determine diferentes conjuntos de verdade é que como membros de uma cultura temos na enunciação e compreensão das sentenças, um completo "*background*" de informações sobre como funciona a natureza e a nossa cultura. Práticas, instituições, fatos da natureza, regularidades e modos de fazer coisas são assumidos pelos falantes e ouvintes quando as sentenças são enunciadas ou compreendidas. O "*background*" funciona causalmente mas sua causalidade não é



determinante. Estabelece as condições necessárias mas não as condições suficientes para a compreensão, a crença, o desejo, a Intencionalidade, etc. Ele permite a Intencionalidade mas não determina a Intencionalidade; permite a representação mas não é representação. O "*background*" é a pré-condição que permite que haja uma representação.

What I have been calling the Background is indeed derived from the entire congeries of relations which each biological-social being has to the world around itself. Without my biological constitution and without the set of social relations in which I am embedded, I could not have the Background that I have. But all of these relations, biological, social, physical, all this embeddedness, is only relevant to the production of the Background because of the effects that it has on me, specially the effects that it has on my mind-brain. (...) even if all of my perceptions and actions in the world are hallucinations, and the conditions of satisfactions of all of my externally referring Intentional states are, in fact, unsatisfied-nonetheless, I do have the Intentional content that I have, and thus I necessarily have exactly the same Background that I would have if I were not a brain in a vat and had that particular Intentional content. That I have a certain set of Intentional states and that I have a Background do not logically require that I be in fact in certain relations to the world around me, even though I could not, as a matter of empirical fact, have the Background that I do have without a specific biological history and a specific set of social relations to other people and physical relations to natural objects and artifacts. The Background, therefore, is not a set of things nor a set of mysterious relations between ourselves and things, rather it is simply a set of skills, stances, preintentional assumptions and presuppositions, practices, and habits. And all of these, as far as we know, are realized in human brains and bodies. There is nothing whatever that is "*transcendental*" or "*metaphysical*" about the Background, as I am using the term.<sup>16</sup>

O "*background*" é, então, composto por um conjunto de capacidades mentais não-representacionais que permite que toda representação aconteça.

If representation presupposes a Background, then the Background cannot itself consist in representations without generating an infinite regress. We know that the infinite regress is empirically impossible because human intellectual capacities are finite. The sequence of cognitive steps in linguistics understandings comes to an end. On the conception presented here, it does not come to an end with the grasp of semantic content in isolation or even with semantic content together with a set of presupposed beliefs, but rather the semantic content only functions against a Background that consists of cultural and biological know-how, and it is this Background know-how which enables us to understand literal meanings.<sup>17</sup>

O "background" é pré-intencional, isto é, apesar de não ser uma forma de Intencionalidade, é uma pré-condição da Intencionalidade porque os estados Intencionais somente têm suas condições de satisfação graças a um "background". Para que se possa ter estados Intencionais é preciso que se tenha certo tipo de conhecimento do mundo que permite saber como as coisas são e como fazer coisas. Este conhecimento é que estabelece que podemos cortar a grama, o bolo, o cabelo, o tecido, de maneiras diferentes, mas não podemos cortar, por exemplo, a areia ou a água.

Suppose I am standing in front of a house looking at it; in so doing I will have certain visual experience with a certain intentional content, i.e., certain conditions of satisfaction; but suppose now as part of the background assumptions I assume I am on a Hollywood movie set and all the buildings are just papier maché façades. This assumption would not only give us different conditions of satisfaction; it would even alter the way the façade of the house looks to us, in the same way that the sentence "Cut the grass!" would be interpreted differently if we thought that the background was such that we were suppose to slice the grass rather than mow it.<sup>18</sup>

As sentenças só determinam um conjunto de condições de verdade, contra um "background" de suposições pré-Intencionais

que não podem ser representados na estrutura semântica da sentença, mas estabelecem se a sentença é verdadeira ou falsa.

(8) a - Pedro abriu a porta.

b - João abriu os olhos.

c - Maria abriu o livro.

Em (8), é preciso pressupor, além das capacidades que todo ser humano possui em razão de sua configuração biológica, que Searle chama de "*deep background*" (andar, perceber, reconhecer, abrir, fechar, etc.), a existência e o reconhecimento de um objeto que pode ser movimentado e que está em situação de ser aberto ("*local background ou local cultural practices*"). Estas habilidades não são representações mas constituem o "*background*" que permite que as representações aconteçam.

É o "*background*" que permite que a palavra abrir seja usada também nas seguintes sentenças significativas:

(9) a - Ele abriu a reunião.

b - A artilharia abriu fogo.

c - Paulo abriu um restaurante.

O background é derivado das relações que cada ser biológico-social tem com o mundo e sua função característica é permitir a elaboração do conteúdo Intencional. Determina um conjunto de condições que torna possível o funcionamento de formas particulares de Intencionalidade.

A enunciação de um ato de fala é necessariamente a expressão de um estado Intencional e de um ato intencional, sendo o estado Intencional a condição de sinceridade do ato de fala.

(10) a - Eu afirmo que p porque acredito que p.

b - Eu ordeno que p porque desejo que p.

As intenções significativas obedecem a dois níveis de Intencionalidade:

N1 - Nível de estado psicológico expresso na performance do ato (estado Intencional).

N2 - Nível da intenção de performar o ato (ato intencional).

(11) - Está chovendo.

N1 - Crença na cruva.

N2 - Ato intencional de afirmar que está chovendo.

Quando um ato de fala é enunciado pretende-se representar algum fato ou estado (intenção representativa) e também comunicar esta representação (intenção comunicativa). São dois aspectos diferentes da intenção significativa. Em Os Atos de Fala, Searle assume que a significação deve ser dada em termos de intenção comunicativa. Querer significar é pretender executar um ato ilocucionário que seja reconhecido e compreendido pelo ouvinte. A significação inclui a força ilocucionária. Em Intentionality, Searle concentra sua análise na intenção representativa da mente.

On the present account, representation is prior to communication and representing intentions are prior to communication intentions. Part of what one communicates is the content of one's representations, but one can intend to represent something without intending to communicate. And for speech acts with a propositional content and direction of fit the converse is not the case. One can intend to represent without intending

to communicate, but one cannot intend to communicate without intending to represent. I cannot, for example, intend to inform you that it is raining without intending that my utterance represent, truly or falsely, the state of affairs of the weather.<sup>19</sup>

A produção de uma enunciação expressa sempre uma crença que é intrinsecamente uma representação que se realiza através de um conteúdo Intencional e um modo psicológico. As condições de satisfação de uma crença são transferidas para a enunciação por um ato intencional. A mente impõe Intencionalidade conferindo ao objeto físico as condições de satisfação do estado psicológico expresso. A linguagem é uma forma de Intencionalidade derivada que tem suas condições de satisfação determinadas em relação a um "*Network*" (redes de estados Intencionais) e contra um "*background*".

O modo como a linguagem representa o mundo é uma extensão e uma realização do modo como a mente representa o mundo. A Intencionalidade da mente não só cria a possibilidade de significação mas também limita suas formas uma vez que dizer algo e significar é dizer com as condições de satisfação intencionalmente impostas na enunciação.

Since linguistic meaning is a form of derived Intentionality, its possibilities and limitations are set by the possibilities and limitations of Intentionality. The main function which language derives from Intentionality is, obviously, its capacity to represent. Entities which are not intrinsically Intentional can be made Intentional by, so to speak, intentionally decreeing them to be so. But the limitations on language are precisely the limitations that come from Intentionality.<sup>20</sup>

Proferir uma sentença significativa é performar um ato com as condições de satisfação intencionalmente determinadas pela mente. As condições de satisfação dos atos de fala são impostos pelas condições de satisfação do estado Intencional. Assim, uma afirmação será verdadeira somente se a crença for verdadeira.

Para Searle (1985), a Intencionalidade é o elemento essencial da significação. É ela que permite que o falante ao realizar um ato de fala signifique aquilo que pretende dizer. Ao enunciar:

(12) - Está ficando quente aqui!

o falante pode, através desta enunciação, querer dizer:

- (12') a - O local está ficando aquecido (significado literal).
- b - A discussão está ficando acirrada (metáfora).
- c - Abra a janela (ato indireto).
- d - Está muito frio (ironia).

Para explicar este tipo de situações, Searle utiliza sua noção de significação como intenção significativa. Na metáfora (Searle, 1979), o problema está na relação entre o significado da sentença e o significado da enunciação. Tanto nos enunciados literais como nos enunciados metafóricos há um conjunto de pressuposições que determinam as condições de verdade do conteúdo semântico. Nas enunciações literais, o significado do falante e o significado da sentença são iguais. No caso das enunciações metafóricas, o ouvinte precisa ter algumas informações factuais e pressupostos que permitam perceber que quando o falante diz "S é P", ele quer dizer "S é R". Para Searle, o significa-

do metafórico está sempre na enunciação e nunca na sentença. O processo mental e o processo semântico envolvidos na produção e compreensão das enunciações metafóricas não envolvem as referências em si, mas devem ser processos ao nível da Intencionalidade, isto é, envolvem relações ao nível das crenças, associações, etc. A enunciação de uma expressão deve trazer à mente além do seu significado literal, um outro significado através de uma combinação de informações e princípios. Numa enunciação metafórica, deve haver uma estratégia na base da qual o ouvinte pode reconhecer que a enunciação pretendida não é literal. A estratégia mais comum, embora não a única, é baseada no fato de que a enunciação é obviamente defectiva se tomada literalmente (possui falsidade óbvia, nonsense semântico, violação de regras de ato de fala, violação de princípios conversacionais, etc.) o que leva à procura de um significado de enunciação diferente do significado da sentença. Na metáfora, o ouvinte tem que destacar a intenção significativa do falante e tem que fazer isso descobrindo um outro conteúdo semântico relacionado ao que é comunicado. As metáforas são interpretáveis graças à nossa capacidade mental e à nossa habilidade de fazer certas associações.

(13) a - Sally é um gelo.

b - Marcos é um gigante.

c - Julieta é um doce.

As metáforas em (13), podem ser, mais ou menos, interpretadas como significando:

(13') a - Sally é insensível.

b - Marcos é muito alto.

c - Julieta é querida e delicada.

Na ironia, como na metáfora, abandona-se o significado literal e através das regras gerais dos atos de fala e dos princípios da conversação se reinterpreta a sentença que significa exatamente o oposto da sua forma literal.<sup>21</sup>

(14) Muito bonito!

Se esta sentença for pronunciada para alguém que está praticando algum ato inconveniente, a sentença não será certamente um elogio mas sim uma repreensão. Seu significado da enunciação será então:

(14') Que feio!

Também para os atos indiretos, Searle elabora uma forma de interpretação que se baseia em seus pressupostos teóricos (Searle, 1975). Para ele, num caso simples de significação, o falante enuncia uma sentença e significa exata e literalmente o que ele diz, isto é, o falante produz um efeito ilocucional fazendo o ouvinte reconhecer sua intenção, através das regras que governam a enunciação da sentença. Há casos, porém, em que o significado da sentença não coincide exatamente com o significado da enunciação (o falante ao dizer uma coisa significa algo mais). São os atos de fala indiretos, onde um ato ilocucional é realizado indiretamente ao se realizar um outro ato. O falante significa o que ele diz mas ele diz também algo mais. O significado da sentença é só uma parte do significado da enunciação.

(15) X: Vamos ao cinema?

Y: Tenho que estudar para o exame.



Neste caso, há a afirmação de que Y precisa se preparar para o exame (significado literal) e uma rejeição da proposta de X (significado indireto). A compreensão da rejeição da proposta através de um ato da fala indireto pode ser explicada, segundo Searle, por um aparato teórico que inclui a Intencionalidade, o background, as regras da teoria dos atos de fala e os princípios da conversação. Ao responder que precisa estudar assume-se que:

- Y está cooperando na conversação e está sendo relevante.
- Uma resposta deve ser uma aceitação, rejeição, contra-proposta, discussão, etc.
- O enunciado literal não corresponde com a resposta possível. Ele provavelmente significa mais do que diz.
- Assumindo que a observação é relevante, o significado deve diferir do significado literal.
- Estudar e ir ao cinema tomam grande tempo e não se pode fazer as duas coisas ao mesmo tempo.
- Uma condição preparatória para a aceitação de uma proposta é a habilidade de performar o ato predicado na condição de conteúdo proposicional.
- Provavelmente houve recusa ao convite.
- A resposta de Y é provavelmente uma rejeição da proposta.

Para Searle, a compreensão da produção e do funcionamento de um ato de fala qualquer, depende essencialmente da compreensão da intenção significativa do falante. O sentido de um enunciado é determinado pelas crenças, desejos, intenções que o falante assume ao proferir a sentença porque o ato de fala é sem-

pre um ato significativo de criação dotado de Intencionalidade. Estes estados Intencionais são causados pelas operações da mente e realizados na estrutura do cérebro. A capacidade do ato de fala representar objetos e estados do mundo é uma extensão da capacidade biológica da mente de representar a organização do mundo em forma de estados Intencionais. O ato de fala se forma e se determina no psiquismo do indivíduo, através de um background e de uma Intencionalidade, e se exterioriza com a ajuda de um código de signos exteriores, convencionalmente instituídos através de um conjunto de regras constitutivas.<sup>22</sup>

Na Teoria dos Atos de Fala, o ato de enunciar é dirigido pelo indivíduo, que confere sentido às ações, aos objetos materiais e às palavras. O significado está no sujeito que enuncia e que terá seu objetivo representativo alcançado conforme sua capacidade de expressão e de comunicação. O fenômeno linguístico é visto como uma atividade, um processo psicológico criativo que tem uma neurofisiologia que causa e se materializa sob a forma de atos de fala.

## NOTAS

<sup>1</sup>LEVINSON, S.C. Speech Acts. In: \_\_\_\_\_. Pragmatics. Cambridge, Cambridge University Press, 1985. p. 226.

<sup>2</sup>SEARLE, J. Intentionality: an essay in the philosophy of mind. Cambridge, Cambridge University Press, 1985. p. VII.

<sup>3</sup>As datas aqui relacionadas se referem à primeira edição das obras. Nesta dissertação foram consultadas: a edição traduzida de 1981 de Speech Acts, alguns capítulos da primeira edição de 1979 de Expression and meaning e a edição de 1985 de Intentionality.

<sup>4</sup>Ver AUSTIN, J.L. How to do Things With Words. Oxford, Oxford University Press, 1962. p. 95-7.

<sup>5</sup>AUSTIN, p. 14-5.

<sup>6</sup>SEARLE, J. Os Atos de Fala: um ensaio de filosofia da linguagem. Coimbra, Almedina, 1981. p. 32.

<sup>7</sup>SEARLE. Os Atos de Fala. p. 66-7.

<sup>8</sup>SEARLE. Os Atos de Fala. p. 52.

<sup>9</sup>SEARLE. Os Atos de Fala. p. 84.

<sup>10</sup>SEARLE. Os Atos de Fala. p. 86-95.

<sup>11</sup>SEARLE. Intentionality. p. VII.

<sup>12</sup>SEARLE. Intentionality. p. 2.

<sup>13</sup>SEARLE. Intentionality. p. 160.

<sup>14</sup>SEARLE, J. The Background of Meaning. In: \_\_\_\_\_. et alii. Speech Act Theory and Pragmatics. Dordrecht, D. Reidel, 1980. p. 227.

<sup>15</sup>SEARLE. Intentionality. p. 151.

<sup>16</sup>SEARLE. Intentionality. p. 154.

<sup>17</sup>SEARLE. Intentionality. p. 148.

<sup>18</sup>SEARLE. The Background of meaning. p. 231.

<sup>19</sup>SEARLE. Intentionality. p. 166.

<sup>20</sup>SEARLE. Intentionality. p. 175.

<sup>21</sup>SEARLE. Metaphor. In: Expression and meaning.  
Cambridge, Cambridge University Press, 1979. p. 112-3.

<sup>22</sup>SEARLE. Intentionality. p. 176.

### 3. CRÍTICA AOS FUNDAMENTOS DA TEORIA DOS ATOS DE FALA

### 3. CRÍTICA AOS FUNDAMENTOS DA TEORIA DOS ATOS DE FALA

#### 3.1. O significado literal e o Background

A teoria de Searle, conforme exposto no capítulo anterior, tem seu fundamento na Intencionalidade do falante. O ato de fala significativo é uma criação individual da mente que através de um conjunto de reações fisiológicas produz signos que resultam numa criação significante. A atividade da mente é a fonte da língua. Searle ao elaborar sua concepção internalista da linguagem faz uso de algumas noções que se tornam necessárias para explicar sua posição. Estas noções, porém, apesar de explicarem satisfatoriamente as situações particulares a que se propõem, trazem algumas dificuldades para o conjunto da teoria.

---

Em Os Atos de Fala, Searle destaca a idéia de que o estudo da significação e dos atos de fala constituem um único e mesmo estudo. A dimensão significativa do signo é uma propriedade inerente da força ilocucionária e portanto as propriedades gramaticais do signo e as características da ação verbal são idênticas (p. 28). Esta idéia é reforçada quando Searle discorda e critica a distinção feita por Austin entre atos locucionários e atos ilocucionários e argumenta que um ato de fala é um todo formado por atos distintos que estão efetivamente presentes na fala humana.

Para a maioria dos lingüistas a teoria de Searle é uma tentativa de explicação dos atos de fala dos proferimentos e não uma

explicação da estrutura sintática das sentenças.<sup>2</sup>

Esta tentativa, porém, parece tornar-se duvidosa quando Searle introduz noções e regras primitivas para uma significação básica da sentença (significado literal), pressupondo um nível sentencial onde o significado é invariável e constante.<sup>3</sup>

A distinção entre significado literal e significado da enunciação como categorias independentes demonstra que na base do seu pensamento encontra-se uma postura que revela seu compromisso com visões de mundo tradicionais que trabalham com a dicotomia língua/fala, competência/performance, sentença/enunciação.

Embora em vários artigos (Searle, 1979, 1980, 1985), postule a impossibilidade do contexto nulo e introduza a noção de "*background assumption*" como condição de aplicação para o significado da sentença, Searle mantém a noção de significado literal. Ao mesmo tempo que estabelece a significação como característica da enunciação, retém noções como o significado literal que pressupõe um significado invariável e constante, isto é, um significado imanente na sentença.

The problem of metaphor concerns the relations words and sentence meaning, on the one hand, and speaker's meaning or utterance meaning, on the other. (...) To have a brief way of distinguishing what a speaker means by uttering words, sentences, and expressions, on the one hand, and what the words, sentences, and expressions mean, on the other, I shall call the former speaker's utterance meaning, and the latter, word, or sentence meaning.<sup>4</sup>

A teoria dos Atos de Fala que surgiu como uma tentativa de alargar nossa compreensão da linguagem, livrando a reflexão filosófica da perspectiva da sentença isolada no sistema abstrato da língua, para conceber a linguagem como ação, parece retor-

nar, camufladamente, a dicotomia língua (significado na sentença) e fala (significado de uso), diminuindo a possibilidade de apreender a ação lingüística como um todo na sua situação social. A noção de performativo, como ação dependente de contexto, pretende eliminar a divisão língua-fala mas na verdade parece nascer desta divisão, quando admite um conteúdo semântico e uma força ilocucionária básica distintos do significado da enunciação. A pluralidade de significações é percebida como significações múltiplas ocasionais de um único e mesmo significado estável. Searle admite um significado primeiro que garante a unicidade da palavra como representação da realidade. Cria a ilusão de um recorte único da realidade que se reflete na língua. A teoria explica noções como metáfora, ato indireto e ironia, fixando um significado primeiro na sentença para a partir daí analisar as outras possibilidades. A Teoria dos Atos de Fala estabelece como pressuposição básica que a ação lingüística é um fenômeno governado por regras e portanto suscetível de ser reduzido a modelos racionais. Searle propõe algumas regras gerais que darão as condições necessárias e suficientes para o sucesso do ato ilocucionário de um tipo determinado. Supõe-se que toda sentença tem um significado e uma força ilocucionária básica sendo os outros usos, subtipos ou significados possíveis a partir do significado literal.

Para a aplicação do significado literal, Searle introduz a noção de "*background*". É definido como uma atividade mental, pré-Intencional e não-representacional que possibilita a compreensão ou interpretação do significado literal e a elaboração da Intencionalidade do falante; é o conjunto de condições de verdade relativo aos diferentes contextos de enunciação, isto é, ao



modo como se apreende o estado de coisas do mundo.

Em Background of Meaning, Searle escreve:

The literal meaning of a sentence only determines a set of truth conditions (or other sorts of conditions of satisfaction), against a background of assumptions and practices. The background is not fixed, it is by no means in flux either. Some elements of the background, e.g. that bodies are gravitationally attracted to the earth, are much more central than others, e.g. that people use lawnmowers to cut lawns. Given different background, one and the same sentence with one and the same literal meaning may determine different conditions of satisfaction, and given some backgrounds a sentence or concept may not determine a definite set of conditions of satisfaction at all.<sup>5</sup>

Em Intentionality, temos que:

The Background is a set of nonrepresentational mental capacities that enable all representing to take place. Intentional states only have the conditions of satisfaction that they do, and thus only are the states that they are, against a Background of abilities that are not themselves Intentional states.<sup>6</sup>

O background é derivado das relações que cada ser humano tem com o mundo objetivo. Searle faz a distinção entre "*know how*" e "*forms of knowing that*", considerando que a habilidade de perceber o mundo faz parte da competência do falante e é distinta da crença. Neste sentido o background constitui-se numa instância anterior da consciência subjetiva, isto é, é pré-Intencional e não representacional apesar de ser um fato mental.

A noção de sentido literal e de background são noções que, apesar de terem sido tratadas com insistência (Searle, 1979, 1980, 1985), não ficam plenamente esclarecidas.

O que é exatamente o significado literal permanece obs-

curo. O sentido literal ora parece ser uma característica da enunciação, ora parece ser uma característica da sentença.

I have by no means demonstrated the contextual dependence of the applicability of the notion of the literal meaning of a sentence.<sup>7</sup>

In literal utterance the speaker means what he says; that is, literal sentence meaning and speaker's utterance meaning are the same.<sup>8</sup>

O background como uma atividade mental não-representacional é uma noção de difícil compreensão. Como a mente humana pode apreender estados de coisas do mundo de modo não-representacional? Esta percepção do mundo não é ela própria carregada e coordenada pela ideologia? É possível, portanto, uma distinção clara do que Searle chama de background e Intencionalidade? Não será também o background uma forma de Intencionalidade?

Estas dificuldades conceituais, pela falta de precisão, provocam um certo problema para a teoria como um todo.

### 3.2. O papel da mente e o papel do social

Para Searle, é a mente individual que através da estrutura biológica do cérebro cria significados específicos da enunciação, de acordo com a Intencionalidade. Para ele, é o psiquismo individual do sujeito que confere ao signo uma significabilidade.

Ao contrário de Searle, o que defendemos neste trabalho é que não é no psiquismo subjetivo do homem, na biologia ou na fisiologia que se encontra a explicação para a significação dos

atos de fala. Os signos sô podem constituir-se em um terreno interindividual onde existam indivíduos socialmente organizados que formam um grupo ou unidade social. É o processo de interação existente entre os locutores que permite que o ato de fala não seja somente a enunciação de uma declaração, ordem ou promessa, mas pressuponha subjetividades socialmente constituídas. As crenças, medos, intenções, desejos, isto é, as formas mentais direcionadas, não podem derivar diretamente da natureza nem ser reduzidas a meros processos biológicos que se realizam na estrutura do cérebro ou no interior do organismo humano. O fenômeno psíquico é realmente explicável somente através de fatores sociais que determinam a vida concreta dos indivíduos. As crenças adquirem existência e forma através dos signos que são criados pelas relações de um grupo socialmente organizado. O ato de fala é uma forma de interação verbal onde há a exteriorização da psicologia do corpo social, isto é, no ato de fala acham-se de algum modo presentes as formas e aspectos da criação ideológica. Assim, ainda que realizados pela voz dos indivíduos, as enunciações constituem-se em índices sociais de valor, que adquirindo um consenso social permite a comunicação, o entendimento pelos membros da comunidade.

Para Searle, a intenção comunicativa se realiza quando o ouvinte reconhece a intenção significativa do falante através de regras que permitem ao ouvinte inferir o significado enunciado pelo falante. Se a significação é limitada pela Intencionalidade do falante, como acontece esta inferência de um ato mental interior isolado do falante, para o ouvinte? Como um estado mental biologicamente constituído no cérebro do falante se transfere para o ouvinte a fim de que haja a compreensão da intenção

comunicativa da enunciação? Admitindo-se esta possibilidade, seria a comunicação um simples processo de reconhecimento da intenção do falante?

Reduzir a fala humana a um ato de reconhecimento, pelo ouvinte, da intenção do falante, é transformar a comunicação humana em um ato em que se anula inteiramente o papel do ouvinte, isto é, transforma-se o ato de fala num ato monológico em que o falante exerce total poder sobre o significado.

A decodificação de um ato de fala, como nós a entendemos, não é o reconhecimento da Intencionalidade ou da forma utilizada pelo falante, mas sim a compreensão da orientação que é conferida à enunciação pelos interlocutores e pelo contexto ideológico concreto da enunciação. A forma lingüística é um signo variável e flexível que tem seu significado estabelecido pela comunidade social que a utiliza.

Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àqueles que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida.<sup>9</sup>

O signo é o resultado de um consenso entre indivíduos socialmente organizados num processo de interação. Os diferentes modos de discurso encontram-se marcados pelo "*horizonte social*" de uma época e de um grupo social determinado.

A cada etapa do desenvolvimento da sociedade, encontram-se grupos de objetos particulares e limitados que se tornam objeto da atenção do corpo social e que, por causa disso, tomam um valor particular. Só este grupo de objetos dará origem a signos, tornar-se-á um elemento

da comunicação por signos. (...) Para que o objeto, pertencente a qualquer esfera da realidade, entre no horizonte social do grupo e desencadeie uma reação semiótico-ideológica, é indispensável que ele esteja ligado às condições sócio-econômicas essenciais do referido grupo, que conserne de alguma maneira às bases de sua existência material. Evidentemente, o arbítrio individual não poderia desempenhar aqui papel algum, já que o signo se cria entre indivíduos, no meio social; é portanto indispensável que o objeto adquira uma significação interindividual; somente então é que ele poderá ocasionar a formação de um signo. Em outras palavras, não pode entrar no domínio da ideologia, tomar forma e aí deitar raízes senão aquilo que adquiriu um valor social. É por isso que todos os índices de valor com características ideológicas, ainda que realizados pela voz dos indivíduos (por exemplo na palavra) ou, de modo mais geral, por um organismo individual, constituem índices sociais de valor, com pretensões ao consenso social, e apenas em nome deste consenso é que eles se exteriorizam no material ideológico.<sup>10</sup>

A Intencionalidade da mente não só não pode explicar isoladamente a significabilidade das enunciações, mas deve ela própria ser explicada a partir de um meio ideológico e social porque a Intencionalidade é também um fato sócio-ideológico. A intenção significativa só será compreendida quando for expressa através de formas socialmente aceitas e sobre condições socialmente definidas. A própria consciência da individualidade é ideológica, histórica e internamente condicionada por fatores sociológicos. A orientação da atividade mental é dada pela realidade de uma certa situação social e se torna signo quando compreendido e experimentado pelo psiquismo. O fenômeno ideológico ao longo do processo de sua criação passa pelo psiquismo. O signo exterior é constituído por um processo contínuo de compreensão e assimilação psíquica, mas o indivíduo que tem estes atos mentais não é um ser isolado. Ele mesmo é um fenômeno sócio-ideológico. A

individualidade é um processo sempre em construção em que diversos ambientes sócio-culturais (família, comunidade, escola, etc.) interagem, tornando cada indivíduo um ser único, embora com as características sociais de sua época e seu grupo.

O signo ideológico tem vida na medida em que ele se realiza no psiquismo e, reciprocamente, a realização psíquica vive do suporte ideológico. (...) Desta maneira, existe entre o psiquismo e a ideologia uma interação dialética indissolúvel: o psiquismo se oblitera, se destrói para se tornar ideologia e vice-versa. (...) Em toda enunciação, por mais insignificante que seja, renova-se sem cessar essa síntese dialética viva entre o psiquismo e o ideológico, entre a vida interior e a vida exterior. Em todo ato de fala, a atividade mental subjetiva se dissolve no fato objetivo da enunciação realizada, enquanto que a palavra enunciada se subjetiva no ato de descodificação que deve, cedo ou tarde, provocar uma codificação em forma de réplica. Sabemos que cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais.<sup>11</sup>

Searle para justificar a sua postura pretensamente não-idealista, reduz a atividade mental a um processo fisiológico "semelhante à digestão, crescimento e secreção da bilis".

Mesmo assumindo a atividade mental como um processo fisiológico, não se pode ignorar que o organismo humano não pertence a um meio natural abstrato; ele é parte integrante de um meio específico, de um ambiente sócio-histórico com signos ideológicos mutáveis.

Toda enunciação é um elo na cadeia dos atos de fala e faz parte de um processo em que o universo social se manifesta. É produzida para ser compreendida no contexto do processo ideológico do qual é parte integrante. A enunciação por mais signifi-

cativa e completa que seja é apenas uma parte de um processo de comunicação global, contínuo e concreto de um grupo social determinado. Os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usada nem "*adquirem*" sua língua materna; os indivíduos estão, na verdade, mergulhados desde que nascem, na corrente da comunicação verbal que faz com que a consciência desperte e comece a operar.<sup>12</sup> A língua vive e evolui dentro das relações sociais. Os seres humanos não nascem simplesmente dentro de uma linguagem pronta; eles crescem dentro dela, são formados por ela, ao mesmo tempo que ajudam a formá-la. Não há uma essência interior na linguagem; ela se produz dentro da história. Cada comunidade lingüística, embora aparentemente unificada, é caracterizada por práticas de discurso dialogicamente interrelacionadas onde se confrontam as diferentes consciências sociais. É impossível estudar a linguagem dissociando-a do ser social que nela se reflete. A análise da linguagem permite perceber as práticas e sistema de valores que atuam na sociedade.

Para Searle, a Intencionalidade da mente exterioriza-se objetivamente com a ajuda de um código de signos, isto é, há no ato de fala um conteúdo interior e uma objetivação exterior, sendo o conteúdo exterior apenas o receptáculo ou meio de expressão da mente.

Ao contrário de Searle, postulamos que não é a atividade mental que organiza o ato de fala. O centro organizador e formador do ato de fala se situa no exterior porque é o mundo histórica e socialmente organizado que modela e determina a orientação da atividade mental, isto é, a reflexão interior só se constrói graças às condições sócio-históricas em que o ser social está inserido. Toda enunciação é o produto da interação

entre indivíduos socialmente organizados.

Mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. A palavra dirige-se a um interlocutor: ela é função desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc.). Não pode haver interlocutor abstrato; não teríamos linguagem comum com tal interlocutor, nem no sentido próprio nem no figurado. Se algumas vezes temos a pretensão de pensar e de exprimir-nos *urbi et orbi*, na realidade é claro que vemos "*a cidade e o mundo*" através do prisma do meio social concreto que nos engloba. Na maior parte dos casos, é preciso supor além disso um certo horizonte social definido e estabelecido que determina a criação ideológica do grupo social e da época a que pertencemos, um horizonte contemporâneo da nossa literatura, da nossa ciência, da nossa moral, do nosso direito.<sup>13</sup>

A própria estrutura da enunciação é determinada pelo meio social. A situação e os participantes mais imediatos impõem a forma e o estilo da enunciação. As pressões sociais a que está submetido o locutor interferem no modo seguro ou tímido, rebuscado ou simples da enunciação. As enunciações são modeladas de acordo com as particularidades das situações de uso. A própria personalidade individual é socialmente estruturada pela explicitação ideológica de uma situação social e econômica que se projeta no indivíduo. As peculiaridades dos condicionamentos discursivos marcam com valores determinantes cada enunciação e permite ao falante estratégias específicas de interação verbal na enunciação dos atos de fala em contextos particulares, evitando desvios e garantindo a comunicação. A multiplicidade das forças ilocucionárias pode ser apreendida não através do signo isolado mas na relação com a prática discursiva como um todo. É



preciso entender a ação lingüística dentro de uma teoria da linguagem mais ampla que permita captar o todo verbal.

Embora Searle<sup>14</sup> afirme que a linguagem é essencialmente um fenômeno social, este social parece ser concebido simplesmente como um sistema convencional partilhado por todos. Não se pensa o social como o processo interacional que permite que o ato de fala não seja somente uma troca de palavras significativas mas pressuponha subjetividades socialmente constituídas que dialogam e constroem o significado. O valor significativo de uma enunciação é uma dimensão das vozes presentes no ato lingüístico. Não se pode reduzir o fenômeno da significação ao nível do sinal lingüístico nem ao nível do sujeito individualmente constituído. Para Bakhtin, o signo enunciado deve ser visto como social por natureza. O social é muito mais do que pessoas agrupadas ou pessoas que se utilizam do mesmo sistema de sinais. A linguagem é um processo contínuo onde as relações sociais, a interação, a ideologia, a história, estão intrinsicamente relacionadas. Sendo social por natureza, o signo enunciado não pode ser estudado como elemento separado destas relações sociais.

A concepção de linguagem e de significado de Searle além de centrar-se na individualidade do falante supõe que para cada sentença há uma força ilocucionária básica. Esta pressuposição obriga-o a postular uma categoria teórica que explique o fato empírico de que uma sentença pode ocorrer com diversos atos de fala ou ainda que diversas sentenças podem indicar o mesmo ato de fala. Considerar as diferentes construções possíveis como desvios exige um termo de comparação fixo: o sentido literal.

Se ao contrário de Searle, postularmos uma perspectiva

teórica onde o significado é contruído essencialmente pelo processo de interação social, teremos que assumir que a força ilocucionária não é uma propriedade gramatical do signo em si nem do indivíduo isolado, mas uma propriedade significativa do discurso. Neste caso a multiplicidade de significações será um fato pressuposto e o aparato para explicar os diversos significados torna-se desnecessário. As forças ilocucionárias possíveis serão resultados do processo interacional. Os significados múltiplos de um signo adquirem um valor significativo específico na relação com uma situação social complexa e com outros discursos enunciados. Trata-se de destacar na multiplicidade dos significados possíveis a singularidade do evento interacional particular. Este processo de compreensão do significado se faz evidentemente através do uso de um sinal lingüístico. Este sinal não tem em si um significado, mas é uma forma lingüística dinâmica e múltipla que atualiza a compreensão do signo.

Numa concepção de linguagem, como a que estamos propondo, o que interessa numa enunciação é a riqueza que a variabilidade proporciona. Enquanto o ponto central da teoria de Searle é o estabelecimento de regras e princípios que determinam as condições para a significação das sentenças, para Bakhtin é o novo, o diferente, o múltiplo, o objetivo de sua análise.

Isto não quer dizer que se possa performar qualquer ato de fala com qualquer sentença. A determinação das possibilidades de cada enunciação é estabelecida por grupos social, histórica e culturalmente determinados. Esta postura não nega, portanto, a existência de significados recorrentes. Apenas, esta recorrência não é tomada como um significado primeiro inscrito na palavra ou na sentença. O recorrente é assumido como um sig-

nificado construído socialmente, que tem o seu uso predominante em um determinado contexto discursivo. O significado recursivo é o significado mais óbvio para os que pertencem ao mesmo mundo discursivo. Isto quer dizer que é a comunicade interpretativa que cria o "*significado literal*" através do processo de interação que envolve os falantes de um grupo social determinado. A determinação do significado acontece não por causa das imposições da língua ou do mundo mas por causa do contexto social construído em que nos achamos operando.

Uma avaliação da teoria de Searle permite chegar às seguintes conclusões:

- 1 - O social em Searle é uma categoria periférica. O indivíduo isolado é o fundamento da teoria.
- 2 - Apesar de criticar a postura de Austin, Searle assume também níveis de significação na sentença e na enunciação.
- 3 - A Intencionalidade como característica biológica da mente parece ser uma noção forçada para dar uma forma mais material ao pensamento.
- 4 - A ênfase na função representativa da linguagem demonstra seu compromisso com a noção de linguagem como um objeto abstrato ideal na mente do falante, isto é, com a idéia de que o significado é um fenômeno individual de representação do mundo.
- 5 - A teoria de Searle está comprometida com visões de mundo que favorecem as formas de pensamento e comporta-

mento vigentes na nossa sociedade, onde as pessoas são consideradas apenas como sujeitos individualmente constituídos.

## NOTAS

<sup>1</sup>SEARLE, J. Austin on Locutionary and Illocutionary Acts. Philosophical Review, 1968. p. 405-24.

<sup>2</sup>KEMPSON, R.M. Teoria Semântica. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. p. 60.

<sup>3</sup>SEARLE, J. Literal meaning. In: \_\_\_\_\_. Expression and meaning. Cambridge, Cambridge University Press, 1979. p.121.

<sup>4</sup>SEARLE. Literal meaning. p. 77.

<sup>5</sup>SEARLE, J. The Background of Meaning. In: \_\_\_\_\_. et alii. Speech Act Theory and Pragmatics. Dordrecht, D. Reidel, 1980. p. 231.

<sup>6</sup>SEARLE, J. Intentionality: an essay in the philosophy of mind. Cambridge, Cambridge University Press, 1985. p. 145.

<sup>7</sup>SEARLE. Literal meaning. p. 131.

<sup>8</sup>SEARLE. Literal meaning. p. 81.

<sup>9</sup>BAKHTIN, M. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo, Hucitec, 1986. p. 95.

<sup>10</sup> BAKHTIN. p. 44-5.

<sup>11</sup> BAKHTIN. p. 64-6.

<sup>12</sup> BAKHTIN. p. 108.

<sup>13</sup> BAKHTIN. p. 112.

<sup>14</sup> SEARLE. Intentionality. p. VIII.

#### 4. UM EXEMPLO DE SIGNIFICAÇÃO

#### 4. UM EXEMPLO DE SIGNIFICAÇÃO

Para Bakhtin, *"um sentido definido e único, uma significação unitária, é uma propriedade que pertence a cada enunciação como um todo"*.<sup>1</sup> Isto porque é a situação social mais imediata e o meio social mais amplo que determinam a partir de seu interior a estrutura e o significado da enunciação. De acordo com o conceito elaborado por Bakhtin sobre o problema da significação, vamos neste capítulo analisar um exemplo de significação de Searle.

Na concepção bakhtiniana, a verdadeira compreensão de uma enunciação não se produz através de sentenças isoladas. Toda sentença faz parte de um todo que inclui situações anteriores e posteriores. A Teoria dos Atos de Fala, por sua vez, elabora uma análise de sentenças isoladas, fora de uma enunciação global, tentando estabelecer um significado primeiro, analisável através de regras formais que determinam as intenções do falante. Searle recorre à distinção entre ato de fala direto e ato de fala indireto, definindo o primeiro como aquele cuja força ilocucionária é uma função de sua significação e o segundo como aquele cuja força ilocucionária é outra diferente daquela que o significado literal pode sugerir. As enunciações, para Searle, podem significar exatamente o que é dito ou algo diferente ou adicional.

Numa postura bakhtiniana os atos citados como diretos são

também, na verdade, indiretos. A dicotomia torna-se desnecessária.

Tomemos o exemplo de Searle:

X - Let's go to the movies tonight.

(Vamos ao cinema esta noite)

Y - I have to study for an exam.

(Tenho que estudar para um exame)

A primeira sentença, conforme Searle, constitui uma proposta em virtude de seu significado, particularmente por causa do significado de "*let's*". A segunda sentença é compreendida como uma rejeição apesar de em virtude do seu significado ser apenas uma asserção sobre Y.

Statements of this form do not, in general, constitute rejections of proposals, even in cases in which they are made in response to a proposal. Thus if I had said: I have to eat popcorn tonight or I have to tie my shoes in a normal context, neither of these utterances would have been a rejection of the proposal.<sup>2</sup>

Para Searle, num contexto normal, "*I have to eat popcorn*" e "*I have to tie my shoes*" não seriam rejeições. A questão que se coloca a partir desta afirmação é: o que é um contexto normal? Não seria possível imaginar um contexto em que "*I have to eat popcorn tonight*" poderia ser ouvido como uma rejeição à proposta de X? Suponhamos que não se encontre pipoca em nenhum cinema local e Y seja um apaixonado por pipoca. Se X sabe destes fatos então ele ouvirá "*I have to eat popcorn tonight*" como uma rejeição de sua proposta. Podemos também supor que Y trabalha numa fábrica de pipocas e é o responsável pelo controle de qualidade do produto. Se X sabe disso ouvirá a resposta de Y como



uma rejeição que significará: "*desculpe, tenho que trabalhar*". Da mesma forma, se Y possui muitos pares de sapato e foi-lhe ordenado para arrumá-los em um lugar e amarrá-los juntos em pares, a resposta "*tenho que amarrar meus sapatos*" será uma rejeição à proposta de X e será assim entendida.

Assim, dadas as circunstâncias apropriadas, o grupo social e o processo de enunciação, várias sentenças poderiam ser ouvidas como rejeições ou propostas. O que Searle considera "*contexto normal*", só seria válido se a categoria "*normal*" fosse considerada como uma categoria transcendental, livre de contexto, uma vez que para aqueles que estão no contexto da enunciação, o significado específico será sempre o normal. O que é normal, assim como o que é literal, é uma função das circunstâncias em que a enunciação acontece, das expectativas, das pressuposições, isto é, do contexto histórico-social que está em evidência. Neste sentido, a compreensão do significado de uma sentença será sempre em função de um conjunto apropriado de circunstâncias normais e não porque imaginamos um conjunto de circunstâncias especiais. Em qualquer enunciação haverá, portanto, um contexto normal que não será sempre o mesmo, isto é, para cada contexto haverá sempre uma situação normal. Dadas as circunstâncias, ter que estudar para um exame não é, então, mais normal do que ter que comer pipocas ou amarrar sapatos. Estar nestas situações já é ter organizado o mundo em termos de certas categorias e possibilidades de ação e a organização do mundo e das ações que nele acontecem será sempre percebido como normal. Um contexto normal é somente o contexto especial em que nos encontramos. Não reconhecemos como especial o contexto em que estamos e o que quer que percebamos parecerá sempre óbvio e nor-

mal por estarmos nele.

Desta perspectiva o argumento de Searle se invalida. O exemplo, como ele apresenta, pretende distinguir entre:

- 1 - "*Tenho que estudar para o exame*" quando é simplesmente uma afirmação sobre Y, isto é, quando significa o que é dito e é portanto um ato de fala direto.
- 2 - "*Tenho que estudar para o exame*" quando é uma rejeição da proposta de X, isto é, quando significa mais do que diz e é um ato de fala indireto.
- 3 - "*Tenho que comer pipoca*" e "*tenho que amarrar os sapatos*" que não podem ser rejeições da proposta de X.

Dentro da análise que estamos propondo, estas distinções não poderão ser mantidas porque dados conjuntos diferentes de circunstâncias histórico-sociais, os três atos de fala serão igualmente diretos e indiretos.<sup>3</sup> Serão diretos porque em cada caso a força ilocucionária será imediatamente percebida, e serão indiretos porque sua força ilocucionária imediatamente percebida será uma função do ambiente e da situação em que se acham os interlocutores. Quando Searle considera "*Tenho que estudar para o exame*" como uma afirmação sobre Y e uma rejeição de uma proposta, ele na verdade não passa de um significado literal para um significado indireto que emerge de um conjunto de circunstâncias. Ele passa por dois significados, sendo que ambos emergem no conjunto das circunstâncias da enunciação. Ambos os significados são então igualmente circunstanciais (indiretos) e igualmente literais (diretos) e em ambos os casos a enunciação significa exatamente o que se disse porque o que se disse é uma função do contexto da enunciação.

Da mesma forma, a sentença "*Vamos ao cinema*" não possui um significado único e definitivo. Embora o termo "*let's*" em inglês tenha o seu uso mais freqüente como uma proposta, não se pode a partir daí estabelecer que esta forma sintática pressuponha automaticamente uma proposta. Se, por exemplo, X e Y são apanhados em alguma confusão e um diz para o outro: "*Vamos ao cinema*". A sentença será ouvida não como uma proposta mas sim como uma piada. Ou ainda se Y está impossibilitado de sair da cama e X diz "*Vamos ao cinema*", a sentença poderá ser ouvida como uma provocação. Da mesma forma, se durante uma cerimônia religiosa o celebrante diz "*Vamos rezar*" ou se um treinador diz ao seu time "*Vamos vencer*", podemos interpretar estas sentenças mais como um anúncio e uma convicção ou uma formulação de um plano do que propriamente como uma proposta. Isto explica porque nestas situações há a impossibilidade de respostas como "*tenho que estudar para o exame*".

As conclusões a que chega Searle resultam principalmente das análises feitas a partir de sentenças isoladas, numa troca que não tem antecedentes. A própria colocação da sentença no início ou no fim de uma conversação já seria suficiente para modificar o seu sentido. Colocado no final de um diálogo, a mesma enunciação ("*Vamos ao cinema*") poderá ser ouvida como "*Ok vamos ao cinema*", isto é, como um consentimento e não uma proposta. Apesar de, à medida que a linguagem foi se desenvolvendo, algumas significações por serem mais freqüentes, tenham se estabilizado, isto não quer dizer que a prática habitual confira às palavras e às sentenças significados únicos e definitivos. Assim, tanto "*Vamos ao cinema*" como "*Tenho que estudar para o exame*" não têm intrinsecamente um significado primeiro ou um contexto mais nor-

mal ou mais natural de enunciação. Ambas as sentenças terão seus significados especificados pelos diversos fatores que compõem o processo de compreensão da linguagem. Estes fatores incluem situações lingüísticas, sociais, históricas e culturais concretas. Talvez, considerar "*Vamos ao cinema*" como uma proposta seja uma prática que ocorra com mais freqüência do que as circunstâncias que levam a uma interpretação diferente, porém esta possibilidade é somente em função de circunstâncias estatísticas de freqüência e não em função de significados inerentes à sentença.

Uma sentença nunca tem seu verdadeiro significado estabelecido abstratamente. A situação imediata e a situação sócio-histórica da enunciação determinam o propósito para o qual uma sentença é empregada. Não é que qualquer sentença possa ser usada como uma rejeição mas sim que dada qualquer sentença há circunstâncias em que esta sentença pode ser ouvida como uma rejeição. Uma sentença não significa nada em si mesma nem sempre significa a mesma coisa. Ela tem sempre o significado que lhe foi conferido pelo grupo social e pela situação em que é enunciada. Os ouvintes sabem qual o ato de fala que está sendo formado, não porque há limites para os usos de cada sentença mas porque em qualquer conjunto de circunstâncias a força ilocucionária de uma sentença terá seu significado determinado pelo grupo social a que pertencemos.

Os significados não são fixados objetivamente nem são arbitrariamente construídos. A linguagem possui coações que não são inerentes a ela mas são inerentes aos grupos socialmente organizados. Por esta razão as coações sob as quais nós estamos não são sempre as mesmas. As sentenças não possuem significados

inerentes, a priori, no sistema abstrato da forma lingüística e nem são frutos da mente do indivíduo isolado e, no entanto, a concordância, a comunicação é um lugar comum. Esta possibilidade é consequência do fenômeno social de interação em que o homem está continuamente envolvido. A significação não pode ser estabelecida através de sentenças enunciadas isoladamente. A verdadeira significação só é determinável dentro de um grupo social e dentro de uma corrente de comunicação social ampla. A significação possui uma estabilidade e uma identidade sempre provisórias uma vez que faz parte de um processo contínuo.

## NOTAS

<sup>1</sup>BAKHTIN, M. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo, Hucitec, 1986. p. 128.

<sup>2</sup>SEARLE, J. Indirect Speech Act. In: COLE, P. e MORGAN, J.L. eds. Syntax and Semantics. New York, Academic Press, 1975. p. 62.

<sup>3</sup>FISH, S. Normal Circunstance, Literal Language, Direct Speech Acts, the ordinary, the everyday, the obvious, what goes without saying and other special cases. In: \_\_\_\_\_. Is there a Text in this Class? The Authority of Interpretative Communities. Cambridge, Harvard University Press, 1980. p. 288.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, mais e mais se reconhece a importância da reflexão filosófica para uma revisão crítica das teorias existentes. Idéias por muito tempo conservadas adquirem pelo uso uma espécie de pseudo-evidência que nos impedem de perceber as diversas outras alternativas possíveis. Parece-nos tão claras e óbvias, pela familiaridade, que acabam se tornando em obstáculos para uma visão mais ampla das possibilidades existentes.

A Teoria dos Atos de Fala desenvolvida por Searle dá a impressão de que a teoria se baseia no contexto situacional da enunciação. A análise de suas obras posteriores, porém, demonstra que por trás de seu pensamento encontra-se uma postura ideológica subjetivista e idealista. A teoria fica ao nível da sentença, admitindo propriedades inerentes ao signo e reduzindo a enunciação a regras de ação verbal e a características da Intencionalidade do falante.

Isto não quer dizer que se negue o valor da Teoria. Sua contribuição, principalmente para o debate filosófico, é marcante porque fez a crítica a uma aproximação reducionista da linguagem ordinária e também colocou o tema da ação lingüística como significativa.

Modos de pensamento não podem ser entendidos sem a compreensão das suas origens sociais. Na verdade, apenas o indivíduo é capaz de pensar e não o grupo, mas não podemos explicar as



idéias e os pensamentos do indivíduo se tomarmos apenas as suas experiências pessoais. É, portanto, a sociedade que determina o individual. Não se pode derivar a linguagem apenas da observação de um só indivíduo que fala uma linguagem que não é somente dele, mas também é de seus contemporâneos, de seus predecessores e de seus sucessores. Não se pode explicar a totalidade de uma perspectiva tomando-se exclusivamente a mente do indivíduo como referência porque ele, na verdade, fala a linguagem do seu grupo, encontra à sua disposição somente certas palavras e seus significados socialmente estabelecidos que determinam os caminhos de abordagem do mundo.

Temos consciência de que a tese defendida neste trabalho é polêmica. Negar a existência de um significado primeiro, fixo, que represente o mundo e aceitar a idéia de um significado sempre construído pelo social; aceitar que o significado literal não é um significado imutável que se encontra na língua mas que é também um significado construído pelo grupo histórica e socialmente constituído pode ser uma tarefa difícil porque abala as "verdades" que sustentam a maioria das teorias lingüísticas.

Embora a grande utopia do homem seja alcançar a estabilidade e a transparência, sabemos que a vida, enquanto vivida, inclui opções, desejos, incertezas e indefinições. É um processo contínuo de construção. Seguindo a própria postura dialética não estamos aqui propondo nenhuma solução definitiva para a reflexão lingüística. Desejamos apenas que este trabalho permita um questionamento sobre as diversas possibilidades que algumas idéias e conceitos já aceitos como verdadeiros, normais e lógicos possuem. Estas "verdades" podem, às vezes, levar a postu-

ras radicais sobre a realidade do mundo.

No estudo da linguagem, algumas tentativas adotando o método sociológico têm sido feitas. Indicamos a Teoria do Discurso de Habermas que adota alguns dos pressupostos do método dialético e que poderá se transformar num estudo futuro bastante rico e interessante.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, G.A. Aspectos da Filosofia da Linguagem. Cadernos Seaf, 1:64-86, ago.1978.
2. \_\_\_\_\_. Universais Pragmáticos e Ação Comunicativa. Cadernos Lingüísticos, 9:201-14, 2º sem.1985.
3. ARAÚJO, I.L. Elementos para uma Filosofia da Linguagem em Osvaldo Ducrot. Curitiba, 1980. 123 p. Dissertação, Mestrado, Universidade Católica do Paraná.
4. AUSTIN, J.L. How to do Things with Words. Oxford, Oxford University Press, 1962. 167 p.
5. \_\_\_\_\_. Speech Act Theory. In: DAVIS, S. Philosophy and Language. Indianapolis, Bobbs-Merril, 1976. p.14-59.
6. BAKHTIN, M. (Voloshinov),(1929). Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo, Hucitec, 1986. 196 p.
7. BENAKOUCHE, R. Economia e Epistemologia: questões de método. Textos Seaf, 5:136-56, 1985.
8. BUENO, V.C.G. Significação e Força Ilocucionária: uma reflexão sobre um problema teórico da linguagem. Rio de Janeiro, 1977. 101 p. Dissertação, Mestrado, PUC-RJ.
9. FARACO, C.A. The Imperative Sentence in Portuguese: a semantic and historical discussion. Salford, 1982. 248 p. Ph.D. Thesis, University of Salford.
10. \_\_\_\_\_. et alii. Uma Introdução a Bakhtin. Curitiba, Hatier, 1988. 105 p.
11. FISH, S. Normal Circunstance, Literal Language, Direct Speech Acts, the ordinary, the everyday, the obvious, what goes without saying and other special cases. In: \_\_\_\_\_. Is there a Text in this Class? The Authority of Interpretative Communities. Cambridge, Harvard University Press, 1980. p. 268-92.
12. ILARI, R. & GERALDI, J.W. Semântica. São Paulo, Ática, 1985. 95 p.
13. KEMPSON, R.M. Teoria Semântica. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. 203 p.

14. KRISTEVA, J. História da Linguagem. Lisboa, 70, 1969. 454 p.
15. LEVINSON, S.C. Speech Acts. In: \_\_\_\_\_. Pragmatics. Cambridge, Cambridge University Press, 1985. p.226-83.
16. LOWY, M. As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. São Paulo, Busca Vida, 1987. 210 p.
17. LYONS, J. Mood and Illocutionary Force. In: \_\_\_\_\_. Semantics. Cambridge, Cambridge University Press, 1978. V. 2, p. 725-86.
18. MCLELLAN, D. A Ideologia. Lisboa, Estampa, 1987. 160 p.
19. MEGGLE, G. Ao Inferno com as Teorias dos Atos de Fala. Cadernos Linguísticos, 9:195-200, 2º sem.1985.
20. MUCHAIL, S.T. A Verdade Posta em Questão. Textos Seaf, 2: 5-15, 1980.
21. ORLANDI, E.P. Discurso e Leitura. São Paulo, Cortez, 1988. 118 p.
22. \_\_\_\_\_. A Linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso. 2 ed. Campinas, Pontes, 1987. 276 p.
23. RAJAGOPALAN, K. Negation and Denial: a Study in the Theory of Speech Acts. São Paulo, 1982. 250 p. Tese, Doutorado, PUC-SP.
24. SEARLE, J. (1969). Os Atos de Fala: um ensaio de filosofia da linguagem. Coimbra, Almedina, 1981. 270 p.
25. \_\_\_\_\_. Austin on Locutionary and Illocutionary Acts. Philosophical Review, 77:405-24, 1968.
26. \_\_\_\_\_. The Background of Meaning. In: \_\_\_\_\_ et alii. Speech Act Theory and Pragmatics. Dordrecht, D. Reidel, 1980. p. 221-32.
27. \_\_\_\_\_. A Classification of Illocutionary Acts. Language in Society, 5(1):1-23, apr.1976.
28. \_\_\_\_\_. Indirect Speech Act. In: COLE, P. & MORGAN, J.L., eds. Syntax and Semantics. New York, Academic Press, 1975. p. 59-82.
29. \_\_\_\_\_. Intentionality: an essay in the philosophy of mind. (1983). Cambridge, Cambridge University Press, 1985. 278 p.
30. \_\_\_\_\_. Literal Meaning. In: \_\_\_\_\_. Expression and Meaning. Cambridge, Cambridge University Press, 1979. p. 117-36.
31. \_\_\_\_\_. Mente, Cérebro e Ciência. Lisboa, 70, 1987. 125 p.

32. . Metaphor. In: . Expression and Meaning.  
Cambridge, Cambridge University Press, 1979. p. 76-116.
33. SGALL, P. Towards a Pragmatically based Theory of Meaning.  
In: SEARLE, J. et alii. Speech Act Theory and Pragmatics.  
Dordrecht, D. Reidel, 1980. p. 233-46.
34. SOUSA FILHO, D.M. Filosofia, Linguagem e Comunicação. São  
Paulo, Cortez, 1983. 103 p.
35. TEZZA, C. Discurso Poético e Discurso Romanesco na Teoria  
de Bakhtin. In: FARACO, C.A. et alii. Uma Introdução a  
Bakhtin. Curitiba, Hatier, 1988. p.51-71.
36. TODOROV, T. Mikhail Bakhtin - Le Principe Dialogique. Pa-  
ris, Seuil, 1981. 315 p.
37. VOLOSHINOV, V. Freudianism: a marxist critique. New York,  
Academic Press, 1927. 153 p.
38. WUNDERLICH, D. Methodological Remarks on Speech Act Theory.  
In: SEARLE, J. et alii. Speech Act Theory and Pragmatics.  
Dordrecht, D. Reidel, 1980. p. 291-312.